



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Gustavo Munhoz Gonçalves

**O PAPEL DO NEXUS CRIME-
TERROR NA INTERVENÇÃO NO
AFEGANISTÃO:**

A INTERAÇÃO ENTRE A INDÚSTRIA DA
DROGA E O TERRORISMO NO AFEGANISTÃO E
A SUA PARTICIPAÇÃO NO FRACASSO DA
COALIZÃO LIDERADA PELOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA

*Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais - Estudos da Paz,
Segurança e Desenvolvimento, orientado pelo Professor Doutor Bernardo da Silva
Relva Teles Fazendeiro e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra para obtenção do grau de mestre.*

Outubro de 2021



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O PAPEL DO NEXUS CRIME-TERROR NA INTERVENÇÃO NO AFGANISTÃO:

A interação entre a indústria da droga e o terrorismo no Afeganistão e a sua participação no fracasso da coalizão liderada pelos Estados Unidos da América

Gustavo Munhoz Gonçalves

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento orientada pela Professora Doutora Sofia José Santos e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre.

Outubro de 2021

Agradecimentos

Aproveito este espaço para refletir sobre os últimos cinco anos. Tanto a Universidade de Coimbra quanto o Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux (Sciences Po Bordeaux) foram essenciais na minha formação como estudante, profissional e ser humano.

Faltariam páginas para agradecer a todos que fizeram parte da minha trajetória que tem seu fim marcado por esta dissertação. Agradeço primeiramente ao meu orientador de mestrado, Professor Bernardo da Silva Relva Teles Fazendeiro, por todo o apoio e compreensão durante este ano. Estendo meu agradecimento ao corpo docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra que fez com que eu me apaixonasse mais e mais pelas Relações Internacionais. Agradeço também ao Professor Patrick Zimmermann, por todo apoio durante minha jornada.

Gostaria de agradecer também aos meus pais, e ao restante de minha família, que proporcionaram a oportunidade de chegar até esta etapa e sem os quais eu certamente não estaria aqui hoje. Um agradecimento aos meus amigos que, além de me apoiarem, me proporcionaram momentos inesquecíveis ao longo de minha trajetória acadêmica.

Resumo

Este trabalho busca entender os impactos que a interação entre a indústria da droga e grupos terroristas tiveram na intervenção liderada pelos Estados Unidos no Afeganistão. Com implicações extremamente complexas, esse fenômeno é ainda pouco compreendido, o que resulta na sua despriorização. Ao estabelecer laços com o terrorismo, esta relação é denominada *nexus* crime-terror. Desta forma, a dissertação atesta para a importância de uma maior discussão sobre o tema, que possui grandes implicações para a segurança internacional. Os resultados das análises feitas neste trabalho apontam para o fato que as muitas estratégias securitárias norte-americanas fracassaram por desconsiderar a necessidade de priorização de ambos os atores do *nexus* crime-terror. Ao focar na guerra ao terror em detrimento da guerra às drogas, essas estratégias ignoraram as dinâmicas complexas de interação no interior desse *nexus*, que geram impactos e consequências para o contexto geral do Afeganistão.

Para isso, no primeiro capítulo foca-se na apresentação de definições importantes, assim como ferramentas de análise que serão mobilizadas posteriormente. No segundo capítulo, o objetivo é a contextualização do Afeganistão e do *nexus* crime-terror, no momento anterior à invasão norte-americana, a partir de um olhar histórico do Talibã. Isso para que, no terceiro capítulo, seja possível ilustrar a evolução do *nexus* com o surgimento do Neo-Talibã, assim como a despriorização da luta contra as drogas e as consequências dessa estratégia para o esforço de guerra norte-americano. Chega-se assim à conclusão de que, de fato, o tráfico de drogas, ao relacionar-se com o terrorismo em uma lógica de *nexus*, implica complexidades que não permitiram com que os Estados Unidos compreendessem o seu real papel no conflito e, conseqüentemente, desenvolvessem uma estratégia com o foco em combatê-lo. Por fim, especula-se sobre elementos que deveriam estar presentes em uma estratégia com potencial de apresentar resultados positivos para o esforço de guerra da coalizão liderada pelos EUA.

Palavras-chave: Tráfego de drogas, Terrorismo, *Nexus* Crime-Terror, Estados Unidos, Afeganistão.

Abstract

This work seeks to understand the impacts that interaction between the drug industry and terrorists groups had in the United States-led intervention in Afghanistan. With extremely complex implications, this phenomenon is still poorly understood, resulting in its deprioritization. By establishing links with terrorism, this relationship is denominated *nexus* crime-terror. In this way, the dissertation attests for the importance of a larger discussion about the subject, which has major implications for international security. The results of the analysis done in this work point to the fact that the several US security strategies have failed for not considering the need of prioritizing both actors of the crime-terror *nexus*. By focusing on the war on terror to the detriment of the war on drugs, these strategies have ignored the complex interaction dynamics in the interior of this *nexus*, which generate impacts and consequences for the overall context of Afghanistan.

For that, the first chapter focuses on presenting important definitions, as well as analysis tools that will be mobilized later. In the second chapter, the objective is the contextualization of Afghanistan and the crime-terror *nexus*, in a moment prior to the north-american invasion, by taking a historical view over the Taliban. Thus, comes to the conclusion that, indeed, drug trafficking, by interacting with terrorism in a *nexus* logic, implies complexities that did not allow that the United States to understand its real role, and consequently to develop a strategy focusing in its combat. Finally, it is speculated about some elements that should be present in a strategy with potential to present positive results for the war effort of the US-led coalition.

Keywords: Drug Trafficking, Terrorism, Crime-Terror *Nexus*, United States, Afghanistan.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: APRESENTAÇÃO DAS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE	7
1. METODOLOGIA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
2. DEFINIÇÕES CONCEITUAIS	9
2.1 - Definição de “tráfico de drogas”:	9
2.2 - Definição de “terrorismo”:.....	11
2.3 - Nexus Crime-Terror:.....	12
3. ENQUADRAMENTO DAS FERRAMENTAS DE ANÁLISE.....	14
3.1 - Modelo do “continuum crime-terror” de Tamara Makarenko:.....	14
3.1.1 - Primeiro estágio de Makarenko: Aliança	14
3.1.2 - Segundo estágio de Makarenko: Convergência Operacional.....	15
3.1.3 - Terceiro estágio de Makarenko: Tese da Convergência	16
3.1.4 - Quarto estágio de Makarenko: Buraco Negro.....	17
3.1.5 - As ameaças dos Buracos Negros de Makarenko.....	18
3.2 - Modelo da Hibridização de Jean François Gayraud:	19
CAPÍTULO II: OLHAR SOBRE O TALIBÃ E CONTEXTO AFEGÃO ANTES DA INTERVENÇÃO	23
1 - TALIBÃ: ORIGENS E ASCENSÃO	23
2 - ORGANIZAÇÃO INTERNA E GESTÃO PÚBLICA DO TALIBÃ	27
3 - O ÓPIO AFEGÃO	30
4 - BIN LADEN: INFLUÊNCIA TERRORISTA E CONSEQUÊNCIAS AO TALIBÃ	34
5 - O NEXUS CRIME-TERROR AFEGÃO ATÉ 2001	37
CAPÍTULO III: O NEXUS CRIME-TERROR AFEGÃO APÓS A INTERVENÇÃO E A DESPRIORIZAÇÃO DE SEU COMBATE.....	41
1 - A ECONOMIA DO ÓPIO	42
1.1. O ópio neo-talibã.....	42
1.2. O ópio afegão	45
2 - A FALTA DE UMA PRIORIZAÇÃO CONTÍNUA E SUAS CONSEQUÊNCIAS	48
2.1. A trajetória da guerra às drogas.....	48
2.2. Métricas e o olhar a curto prazo.	53
CONCLUSÃO.....	57
BIBLIOGRAFIA	62
FIGURAS	69
FIGURA 1 – CONTINUUM CRIME – TERROR DE MAKARENKO.....	69
FIGURA 2 – PRODUÇÃO DE ÓPIO NO TERRITÓRIO AFEGÃO EM 2017-2018.....	69
FIGURA 3 – VARIAÇÕES DO PREÇO DO ÓPIO NA SUA FONTE.....	70

Introdução

No dia 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América assistiram atônitos à morte de 2996 pessoas a partir do sequestro de 4 aviões comerciais por terroristas islâmicos. Pela primeira vez na história do terrorismo moderno, os ataques de 11 de setembro desencadearam uma escala de violência, de destruição e de danos comparáveis a operações militares (Andréani, 2004). Os eventos desse dia desencadearam uma série de reações que continuam impactando o mundo de hoje. Entre essas reações está a campanha militar empregada contra o regime Talibã no Afeganistão, apenas a primeira fase de uma empreitada militar maior denominada “Guerra ao Terror” pelo então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. No entanto, após 20 anos e mais de 822 bilhões de dólares gastos, as forças americanas falharam em trazer paz e impedir que o Afeganistão continuasse um santuário de grupos terroristas.

Pode-se analisar diversas razões pelo insucesso da campanha militar no Afeganistão, de sua própria concepção de “guerra” (Andréani, 2004) até erros estruturais na ação do exército norte-americano ao ignorar a dimensão política do conflito, como argumenta Nadia Schadlow (2017). De qualquer forma, ambas as visões destacam a participação de um mesmo ator, protagonista no desenvolvimento de organizações terroristas e responsável pelo fracasso estratégico da Guerra ao Terror norte-americana: O tráfico de drogas. Neste trabalho, as definições de “crime organizado” serão consideradas como sinônimas de “tráfico”, “comercialização” e/ou “produção” de drogas ilícitas.

Ao analisarmos o crime organizado, e mais especificamente o tráfico de drogas, podemos concluir que eles

são instrumentais em permitir que um grupo ameace a segurança do Estado na sua própria lógica básica (o monopólio do uso da força e o poder sobre seu território) mas também a segurança de indivíduos, já que um grupo com interesses criminosos provavelmente não tem em mente o bem estar da população de regiões que ele exerça o controle ou conduza suas ações armadas (Cornell, 2007).

Como argumenta o professor de Segurança Internacional Phil Williams (1997), é impossível determinar com exatidão a escala da indústria da droga devido à sua natureza ilícita. No entanto, algumas estimativas apontam o valor de 500 bilhões de dólares por ano, superando o comércio mundial de petróleo. Apesar de se tratar de estimativas generosas, o tráfico de drogas é claramente uma das mais importantes atividades econômicas à nível mundial. Mais além,

é provável que drogas ilícitas se tornem uma commodity ainda mais significativa no futuro. A turbulência gerada com o fim da Guerra Fria, o ressurgimento de conflitos étnicos e regionais e a emergência de grupos subnacionais desafiando atores estatais significam um número crescente de grupos necessitando de armamentos. O envolvimento em atividades criminosas, especialmente o tráfico de drogas, é uma maneira de adquirir financiamento para comprar esses armamentos. No futuro, portanto, o desenvolvimento do tráfico de drogas provavelmente será cada vez mais influenciado por motivos políticos assim como econômicos (Williams, 1997).

A relação que a argumentação de Williams (1997) introduz é, muitas vezes, denominada “*nexus* crime-terror” (Schmid, 2018). Em seu trabalho comparativo entre Terrorismo Internacional e Crime Organizado Transnacional, Schmid (2018) ilustra um panorama atual no qual esses dois fenômenos recrutam cada vez mais a partir das mesmas “subculturas religiosas e substratos sociais”, criando-se assim intersecções geográficas onde ambos os fenômenos coexistem e por vezes se fundem. Essa relação de simbiose em que o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional se fortalecem é reconhecida pelo relatório de 2017 do Counter-Terrorism Monitoring, Reporting and Support Mechanism da União Europeia, ao dizer que “Apesar de geralmente compreendidas como 2 ameaças distintas, a interação entre terrorismo e crime organizado transnacional (COT) está evoluindo”.

As intersecções geográficas onde o *nexus* crime-terror evolui estão definitivamente enraizadas no Afeganistão. O país consistentemente produziu, ao longo dos últimos 20 anos, 90% da heroína mundial. Em 2007, o Afeganistão foi classificado pela United Nations Office of Drug Control (UNODC) como detentor do “quase monopólio” do comércio ilegal de ópio no mundo. Mais além, não só a produção e comercialização de drogas no país sobreviveu à invasão das tropas norte-americanas como mais que dobrou seu tamanho entre 2001 e 2018 (UNODC, 2018). Esse contexto contribui diretamente para o desenvolvimento de organizações terroristas. Segundo Peters (2009), a principal fonte de renda da Al Qaeda e do Talibã é a “indústria de drogas ilegais”, com essas organizações utilizando os recursos provenientes de tais atividades criminosas principalmente para o recrutamento e pagamento de seus combatentes. Mas existem implicações indiretas do narcotráfico para o terrorismo. O comércio de drogas ilegais afegão enfraquece os sistemas políticos, civis, financeiros e judiciais, aumentando a corrupção e erodindo a legitimidade do Estado. Em segundo lugar, o tráfico de drogas alimenta outros mercados ilegais como o de armamentos, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro (Piazza, 2012).

Apesar de se ter conhecimento sobre a existência do *nexus* crime-terror e de sua presença no Afeganistão, esse conhecimento é extremamente superficial. Ainda se tem

dificuldade em entender como a relação entre organizações terroristas e criminosas é desenvolvida no terreno. Enquanto autores argumentam que o tráfico de drogas pode constituir o objetivo primário de grupos que se apresentam como terroristas (Makarenko, 2001), outros defendem que ainda se trata de fenômenos distintos (Schmid, 2018). A importância recai especificamente sobre o tráfico de drogas a partir do momento que,

“Enquanto muitos governos estão agora melhor preparados para lidar com o terrorismo do que antes do 11 de setembro, o mesmo absolutamente não pode ser dito sobre o crime organizado” (Schmid, 2018).

Desta forma, dentro do *nexus* estudado, o crime organizado continua sendo o fenômeno menos conhecido e analisado se comparado ao terrorismo. Se por si só, o crime organizado ainda é pouco estudado, a sua interação com o terrorismo é um tópico que encontra-se sob uma análise ainda mais básica. Essa interação, que Jean-François Gayraud (2017) chama de “hibridização”, é, segundo o autor, mais um exemplo de muitas outras “hibridizações” vividas em um mundo pós Guerra Fria. Ainda sim, o estudo separado de atores que paulatinamente desenvolvem interações extremamente fluídas entre si continua sendo a norma. Desta forma, faz-se importante avançar o apelo de que não só o crime organizado deve ser fruto de uma mais profunda análise, mas também que suas relações com outros fenômenos, como o terrorismo, devem igualmente receber mais atenção.

Este trabalho irá tentar destacar mais o tema da interação entre grupos terroristas e tráfico de drogas em um contexto onde ainda existe muito potencial para produção acadêmica sobre o assunto. Mantendo-se com o olhar para a intervenção liderada pelos EUA no Afeganistão, busca-se entender qual o grau de participação que a interação entre o tráfico de drogas e o terrorismo teve para o fracasso das forças ocidentais no país. Essa reflexão será feita a partir de duas perguntas que irão guiar este trabalho. A primeira dessas perguntas é: até que ponto a existência do *nexus* crime-terror no Afeganistão representou um entrave para o sucesso da intervenção liderada pelos EUA? Mais ainda, de que forma as estratégias traçadas para o combate a esse *nexus* contribuíram para esse insucesso? Em outras palavras, o trabalho se propõe a entender qual o papel da existência do *nexus* crime-terror e das estratégias empregadas para combatê-lo na derrota norte-americana no Afeganistão.

Com esse objetivo em mente, o primeiro capítulo será utilizado para, em primeiro lugar, definir de maneira clara os termos utilizados ao longo do trabalho e também as ferramentas que serão utilizadas para as análises feitas nos capítulos restantes. Essas ferramentas são caracterizadas por dois modelos distintos: O “Modelo do Continuum

Crime-Terror” desenvolvido por Tamara Makarenko (2005) e o “Modelo da Hibridização” de Jean François Gayraud (2017). Ambos os modelos serão combinados para fornecer uma imagem mais clara de qual era o estado da interação entre grupos terroristas e o crime organizado durante diferentes períodos no Afeganistão.

Durante o segundo capítulo, será desenvolvida uma contextualização social, geográfica, política e histórica do Afeganistão, focando-se no período entre a invasão soviética de 1979 e a norte-americana de 2001 e na trajetória do grupo Talibã. O objetivo ao focar-se nesse intervalo histórico e nesse ator é entender como o *nexus* crime-terror se desenvolveu no país após o contexto de Guerra Fria, onde grupos terroristas tinham maior apoio estatal, e qual era a sua configuração às vésperas da invasão dos EUA. Esse capítulo se divide em 5 partes, sendo elas: (1) uma análise sobre as origens e a ascensão do Talibã; (2) um olhar mais profundo sobre a organização interna do grupo e as consequências de sua gestão; (3) a relação do grupo com o ópio; (4) a influência que Bin Laden passa a exercer no Talibã; e (5) o estado no qual o *nexus* crime-terror se encontrava às vésperas da intervenção de 2001. Observa-se o Talibã, em um período entre 1996 e 2001, como um facilitador e mediador do *nexus* no Afeganistão, uma vez que o grupo, dominando a grande parte do território afegão, cria um ambiente ideal para o desenvolvimento das interações entre grupos terroristas e a indústria da droga. Esse cenário é denominado por Makarenko (2005) como "Síndrome do Buraco Negro", e constituía no início dos anos 2000 uma grande ameaça à segurança internacional. Ameaça essa que se concretiza, por exemplo, com os ataques terroristas de 11 de setembro. Ainda no segundo capítulo, uma postura temporária, mas de lições importantíssimas, por parte do Talibã será estudada. Ao buscar apoio internacional, o grupo decide pela proibição total da produção do ópio no Afeganistão. Apesar de resultados incríveis nos primeiros meses de proibição, a medida demonstrou ser extremamente impopular e insustentável a médio prazo. Essa experiência talibã gerou lições importantíssimas sobre o quão enraizada a indústria da droga é no Afeganistão e sobre quais são os fatores que se deve ter em conta ao desenvolver medidas de combate às drogas no país.

O terceiro capítulo mostrará, em um primeiro momento, como os atores envolvidos no *nexus* e sua própria configuração mudam com a chegada das tropas lideradas pelos EUA. Ao ser expulso de Cabul, o Talibã passa por uma transformação que resulta em um grupo com *modus operandi* e ideologia distintos, sendo denominado Neo-Talibã. Sendo considerado como um grupo terrorista, o Neo-Talibã passa a integrar o

nexus, diferente de seu predecessor que atuava externamente como um facilitador. Será destacado também que o novo *nexus* afegão possui profundas implicações no Afeganistão, que se traduzem em um fortalecimento dos grupos terroristas e do crime organizado da região. É aqui que busca-se responder a primeira pergunta traçada na introdução. Será argumentado que, de fato, a mera existência de um *nexus* forte como o visto no Afeganistão representava um obstáculo gigante ao sucesso da intervenção e seu combate deveria ser priorizado. Em um segundo momento, serão analisadas as consequências da falta de priorização contínua e equilibrada no combate à ambos os atores do *nexus*. Assiste-se à uma negligência, por parte dos EUA, na luta contra às drogas ao não reconhecerem a complexidade presente nas dinâmicas de interação do ópio com o Neo-Talibã. Pelo contrário, as forças lideradas pelos norte-americanos acabaram por colocar em prática outras estratégias que, no final das contas, só contribuíram para o esforço de guerra neo-talibã, especialmente na forma de capital político.

Com os três capítulos estruturados, para além da introdução, será possível concluir que a existência de um *nexus* crime-terror enraizado no Afeganistão, onde a indústria da droga e grupos terroristas interagem, contribuiu decisivamente para o fortalecimento mútuo desses atores e, conseqüentemente, para o rumo desfavorável que a guerra tomou para os EUA. Tão decisivo quanto a existência desse *nexus* foi a falta de combate à ambos os atores, observando um favorecimento do combate ao terrorismo, que passa a ser o foco do investimento de recursos e da atenção dos EUA, em detrimento da guerra às drogas. Tanto a existência do *nexus* quanto a falta de combate efetivo à ambos os seus atores contribuíram decisivamente para o fracasso norte-americano na sua intervenção no Afeganistão. Ainda serão especulados elementos que, a partir da análise feita no trabalho, deveriam ser compreendidos em uma possível estratégia alternativa que buscasse alcançar resultados positivos. Seriam eles: a priorização contínua do combate às drogas; medidas de incentivo a curto prazo para as populações rurais, evitando a perda de capital político; o enfoque em combater a produção local de heroína e a corrupção nas instituições do governamentais do Afeganistão, destinando o impacto das políticas antidrogas aos traficantes e não aos agricultores.

Capítulo I: Apresentação das definições conceituais e ferramentas de análise

No dia 19 de novembro de 2017, a Força Aérea dos Estados Unidos realizou um bombardeio no distrito de Musa Qala, ao norte da província de Helmand. O alvo do ataque foram nove prédios que, ao final do dia, estavam completamente destruídos. Entre os alvos, estavam dois complexos que pertenciam à Hajji Habibullah, um negociante de ópio da região. No ataque foram mortos Habibullah, sua esposa, uma filha de 7 anos de idade e mais quatro filhos com idades entre 3 e 8 anos. Por coincidência, estavam visitando sua casa a sua filha mais velha, o seu genro e sua neta de 1 ano de idade. Eles também foram mortos no bombardeio.

O caso do bombardeio de Musa Qala é emblemático. Primeiramente, a Força Aérea norte-americana tirou a vida de inocentes, entre eles mulheres e crianças. Representantes de Helmand no Parlamento afegão expressaram publicamente suas preocupações com o crescimento de um sentimento de ressentimento e ódio em relação à NATO e aos EUA (Constable, 2017). O quadro se deteriora ainda mais com uma cobertura midiática que constrói uma narrativa onde o Talibã e o tráfico de drogas são sinônimos e que ignora o número de civis mortos.

Em segundo lugar, o erro de simplificar a conexão entre atividades terroristas e o tráfico de drogas custa caro aos cofres dos Estados Unidos. Ao analisar o ataque de Musa Qala, o General Nicholson afirmou que a destruição de 50 barris de ópio resultaria em uma perda de “milhões de dólares” ao Talibã. De acordo com David Mansfield (2018), o valor correto seria em torno de 190 mil dólares se convertidos em heroína e pouco mais de dois mil dólares se convertidos em impostos ao Talibã. Para infligir essa perda negligenciável ao grupo, os Estados Unidos utilizaram no ataque o caça F-22 Raptor, que possui um custo estimado em 70 mil dólares por hora de voo. Segundo Mansfield (2018), o custo total dos ataques aos prédios no dia 19 de novembro excederam 1 milhão de dólares aos norte-americanos. Não é difícil imaginar que, ao gastar mais de 1 milhão de dólares para infligir uma perda de 2 mil dólares ao inimigo, exista algo essencialmente falho na estratégia norte-americana.

Ao determinar que, nesse exemplo específico, a destruição de alguns prédios, que seriam utilizados para a produção e o armazenamento de drogas, causaria um impacto de “milhões de dólares” para os cofres talibãs, as forças armadas norte-americanas demonstram não compreender o real desdobramento do *nexus* crime-terror no Afeganistão. Especula-se,

portanto, que os Estados Unidos e suas forças aliadas delimitaram uma relação errônea entre o fenômeno do tráfico de drogas e suas intersecções com o Talibã e o Neo-Talibã.

Para que seja possível a análise de tal hipótese, é necessário relegar uma análise de escopo mais reduzido para um momento posterior. Deve-se, neste momento, focar no estudo dos fenômenos de “hibridização” (Gayraud, 2017). Somente após um entendimento mais profundo sobre a literatura acadêmica, as concepções teóricas do fenômeno e suas modelizações é que o trabalho se aprofundará nas questões específicas da atuação do Talibã no Afeganistão e seu envolvimento com o tráfico de drogas internacional.

Neste capítulo inicial, portanto, o primeiro passo será estabelecer definições claras e objetivas dos fenômenos presentes no *nexus* estudado, seguidos pela definição do *nexus* em si. Posteriormente, serão apresentadas algumas ferramentas úteis na compreensão e no enquadramento do *nexus* crime-terror afegão.

1. Metodologia e revisão bibliográfica

Este trabalho será realizado a partir do uso de fontes secundárias. Desta forma, salienta-se que não houve trabalho de campo e todo e qualquer dado utilizado vem de fontes secundárias. A coleta destes dados foi priorizada a partir de fontes de órgãos governamentais ou agências das Nações Unidas, como a UNODC. Essa preferência foi determinada ao atentar-se à dificuldade na coleta de informações e dados no contexto da economia ilegal, seja na indústria ilegal da droga, seja sobre grupos terroristas. Desta forma torna-se impossível atestar a precisão dos dados apresentados neste trabalho, eles mesmos sendo apresentados por fontes secundárias já como estimativas ou aproximações. O objetivo do uso destes dados estimados é auxiliar na construção da imagem contextual em questão. Por isso, os dados são ilustrativos e complementares. Em momento algum do trabalho os dados são provas únicas e por si só de algum argumento ou ponto, e nem poderiam. Reforça-se aqui o caráter especulativo dessa dissertação.

As duas ferramentas de análise para enquadramento teórico que serão utilizadas, e melhor explicadas ao longo deste capítulo, foram escolhidas por sua natureza complementar. A ferramenta elaborada por Tamara Makarenko (2005) possui o foco de analisar a evolução de um agente no *nexus* crime-terror, assim como elencar possíveis ameaças a partir dos estágios teóricos do *nexus*. Ela será útil justamente para observar o deslocamento de um ator ao longo do continuum crime-terror desenvolvido pela autora. Será igualmente útil ao projetar ameaças à segurança nacional, regional ou global que cada estágio de interação dos atores do

nexus crime-terror representa. Já a ferramenta desenvolvida por Jean-François Gayraud (2017) mostra a sua utilidade ao analisar os estágios da interação em si e ao adicionar o elemento territorial à análise do *nexus*. Por questões evidentes de que este trabalho possui o escopo territorial bem definido com o olhar sobre o Afeganistão, salientar a questão da coexistência territorial trazida por Gayraud é importante. Juntas, elas permitem com que seja feita uma análise sobre o estágio de interação, a evolução da interação de um único ator no interior do *nexus* e levantamentos sobre possíveis ameaças que surjam a partir dessas interações.

As obras dos principais autores utilizados neste trabalho, para além de Tamara Makarenko e Jean-François Gayraud e para além daqueles utilizados com a finalidade de definição de termos e conceitos, foram escolhidas por cumprir objetivos específicos e igualmente complementares. Valda Felbab-Brown, Jack Fairweather e David Mansfield realizam em suas obras uma análise crítica profunda das estratégias implementadas pela coalizão no combate às drogas no Afeganistão. Através dessas obras, é possível entender a linha do tempo das medidas tomadas, assim como as suas consequências para o rumo da intervenção e recomendações sobre ações futuras. Sobre a importância da interação com o narcotráfico para o Neo-Talibã, Gretchen Peters mostra-se como uma importante representante. A autora combina dados e estudos de campo, em livros e artigos, para sustentar a sua crítica às políticas antinarcóticos promovidas. Sobre a trajetória do Talibã, o autor Ahmed Rashid foi uma escolha óbvia, por apresentar uma extensa obra sobre o tema, com muitas entrevistas autorais.

2. Definições conceituais

Com o objetivo de aprofundar a análise sobre o objeto de estudo que foi estabelecido, é necessário, primeiramente, definir os atores principais do trabalho e que, por possuírem definições ou concepções difusas, podem causar confusões e enganos na interpretação do conteúdo argumentativo dessa análise.

2.1 - Definição de “tráfico de drogas”:

Seguindo a lógica do *nexus* que será abordado ao longo deste trabalho, faz-se essencial entender e definir o fenômeno do tráfico de drogas internacional. Para que possa ser possível um enquadramento claro do termo “tráfico de drogas” ao longo da análise, iremos partir da definição formulada por Tom Naylor em seu trabalho intitulado “A Typology of Profit-Driven Crimes” (2003). De acordo com Naylor (2003), a “produção e distribuição de

bens e serviços que são inerentemente ilegais”, assim como “trocas multilaterais”, “contextos que apresentem redes clandestinas”, uma “dificuldade em definir vítimas” e uma “moralidade ambígua e arbitraria” são características presentes em crimes baseados na lógica de mercado. Ainda segundo Naylor (2003), crimes baseados na lógica de mercado podem ser subdivididos de acordo com qual evasão (regulações, impostos ou proibições) o crime em questão está envolvido. No caso do comércio e transporte de drogas ilícitas, pode-se recorrer à categoria de “contrabando absoluto”, não importando a origem da substância. Desta forma, pode-se caracterizar o tráfico de drogas como um “contrabando absoluto”, que promove a evasão de proibições e fundamenta-se em uma lógica de mercado.

A definição de Naylor (2003) torna-se uma importante contribuição para que o enquadramento do fenômeno de tráfico de drogas internacional seja possível. Como elucidado Rémi Boivin (2010), em primeiro lugar, por se tratar de um crime baseado na lógica de mercado, tem-se imediatamente noção da importância da dimensão econômica do fenômeno. É impossível traçar uma análise mesmo que superficial desse complexo fenômeno sem levar em conta as especificidades que seu caráter econômico traz. Trabalhos de certos autores (autores) ao realizarem análises econômicas do tráfico transnacional, destacaram pontos importantes como: custos de produção de drogas ilícitas são negligenciáveis comparados com o preço de varejo em grandes mercados consumidores e a maior parte do ganho capital vem de compensação de risco na importação. Essas “análises implicam 1) que estratégias de destruição de plantações com o objetivo de elevar o preço em países destinatários estão fadadas desde o começo” e “que o tráfico de drogas transnacional envolve a transferência de dinheiro para países que são fonte ou transitórios” (Boivin, 2010).

Em segundo lugar, Boivin (2010) destaca que a definição de Naylor (2003) traz igualmente o caráter do contexto político e social no qual essas trocas multilaterais de bens ilegais se produzem. Para o estudo do tráfico de drogas transnacional, a droga em si torna-se um elemento secundário. Portanto, é necessária a combinação de noções econômicas, sociais, políticas e antropológicas para que tal estudo seja realizado de maneira séria. É a partir dessa abordagem geopolítica que Chouvy (2010) aponta, por exemplo, a insegurança alimentar como uma das principais explicações pela escolha do ópio como cultivo de muitas famílias afegãs.

Desta forma, será utilizado o seguinte enquadramento a partir do termo “tráfico de droga”: um contrabando absoluto, promovendo a evasão de proibições e que tem projeção internacional, carregando consigo dimensões econômicas, sociais e políticas. Afim de facilitar

a utilização de outras obras para a reflexão e argumentação desenvolvida neste trabalho, o termo “crime organizado” será empregado ou poderá ser entendido, por vezes, como sinônimo ao “tráfico de drogas”, apesar de seu caráter mais abrangente e genérico.

2.2 - Definição de “terrorismo”:

Com o fenômeno do tráfico de drogas definido, parte-se então para a definição de “terrorismo”. É possível empregar diversas tipologias com o objetivo de melhor enquadrar o fenômeno terrorista em questão. Em primeiro lugar podemos dividir o terrorismo entre não-estatal e estatal. Historicamente, o terrorismo estatal mostra-se muito mais destrutivo do que o terrorismo não-estatal, justamente por regimes e governos possuírem todo um aparato estatal de recursos ao seu dispor (Wilkinson, 2011). No entanto, em regimes democráticos, a maior ameaça terrorista é designada por grupos ou movimentos não-estatais.

Outra tipologia que pode ser usada para enquadrar o fenômeno é a de terrorismo doméstico e internacional. Apesar de ser útil para fins estatísticos, essa divisão não é tão relevante, especialmente ao analisar o terrorismo contemporâneo. A grande maioria de campanhas terroristas que são empregadas dentro de um território específico, tendo como alvo um específico estado, acabam por fim desenvolvendo redes internacionais de suporte, com o intuito de angariar fundos, recrutas, armamentos e outros recursos necessários para a manutenção de suas atividades.

Diferentemente da tipologia “doméstico e internacional”, uma divisão útil para a análise e caracterização a ser feita é a de “motivação política”. Como exemplifica Wilkinson (2011), existem grupos etno nacionalistas como o ETA (Euzkadi Ta Askatasuna), grupos ideológicos como a Brigada Vermelha (Brigate Rosse), grupos político-religiosos como o Hamas e ainda grupos “single-issue” como o ALF (Animal Liberation Front) que tem o objetivo de mudar uma política governamental ou um comportamento social em específico. Sobre a dimensão político-religiosa mencionada por Wilkinson (2011), Dominique Baillet (2002) desenvolve sua própria tipologia. O autor desenvolve sua tipologia utilizando três critérios: a legitimidade, a dominação e a normalidade. Segundo ele,

“O terrorismo ‘ilegítimo-dominado-patológico’ revela uma forma tripla: ideológica, nacionalista e religiosa. Esse terrorismo emana, certamente, de redes dominadas e marginais, que transmitem ideologias minoritárias, opostas à ideologia dominante, liberal e democrática, nos países ocidentais. Sua ilegitimidade vem do fato de as causas que eles defendem não serem reconhecidas por uma entidade ou instituição legítima, e porque seus valores não respeitam os direitos humanos. Seu caráter patológico é, por sua vez, ligado à fraqueza de sua frequência, ao caráter extraordinário dos métodos utilizados ou a sua dimensão mortífera” (Baillet, 2002).

Outra tipologia útil em nossa análise é entre o:

“terrorismo potencialmente corrigível, onde existe uma real possibilidade de encontrar um percurso político ou diplomático que se distancie da violência e aborde suas causas subjacentes, e assim reduzindo ou acabando com a violência terrorista gerada pelo conflito, e o terrorismo incorrigível. Esse último se caracterizando por um movimento ou grupo com objetivos tão absolutistas ou maximalistas e mostrando-se uma ameaça tão grande para as vidas e o bem-estar de comunidades civis, que a única opção é a utilização de todos os meios possíveis para a supressão de tal grupo antes que cause ainda mais devastação” (Wilkinson, 2011).

Com tais definições e tipologias, podemos definir que, neste trabalho, o “terrorismo” praticado pelo grupo Neo-Talibã irá carregar algumas especificidades tais como infligido por grupos não-estatais, caracterizando-se por sua dimensão ideológica, religiosa e nacionalista. Trata-se de uma ideologia contrária à ideologia dominante, com suas ações não apresentando legitimidade e seu caráter patológico. Pode ainda ser considerado um terrorismo potencialmente corrigível, por existir a disposição de engajar em diálogos e negociações que reduzam a violência.

2.3 - Nexus Crime-Terror:

Com ambos os conceitos de terrorismo e tráfico de drogas definidos, parte-se para o enquadramento do conceito de *nexus* que será estudado ao longo deste trabalho. O primeiro marco nas discussões acadêmicas que exploram conexões entre crime organizado e terrorismo foi o surgimento do termo “narco-terrorismo” nos anos 1980, principalmente em decorrência da situação vivida na Colômbia e o surgimento de grupos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Esses grupos utilizam-se de atividades criminais, entre elas extorsões, sequestros, e principalmente o tráfico de drogas para financiar suas atividades (Hübschle, 2011). A evolução das concepções envolvendo terrorismo e crime organizado é recente.

Uma linha muito clara entre os dois fenômenos existia no período anterior ao fim da Guerra Fria. Com o colapso da União Soviética, “essa linha tornou-se difusa, e em alguns casos, ocorreu uma simbiose entre terrorismo e crime organizado que não existia antes” (Laqueur, 1999). A explicação para essa evolução é, de acordo com Tamara Makarenko (2005), a queda do financiamento estatal do terrorismo, resultando no crime organizado consolidando-se como uma fonte de receita vital para a manutenção das atividades de grupos terroristas ao redor do mundo. Dessa forma, o *nexus* crime-terror consolida-se nos anos 1990 com a ascensão do crime organizado internacional e o terrorismo transnacional, que passam a exhibir similaridades operacionais e organizacionais (Makarenko, 2005). É nesse contexto que Frank Bovenkerk e Bashir Abou Chakra (2004) concluem que “o mundo reabriu, fronteiras desapareceram ou não estão mais bem guardadas, o mercado está globalizado, fusões financeiras e comerciais e a desregulação da intervenção estatal proporciona novas

oportunidades [...]”. Dessa forma, a ascensão de um intenso período de globalização é um fator essencial, não somente para a sobrevivência do *nexus*, mas também para sua evolução. Como esclarece Saskia Sassen (2003), “O processo que nós chamamos de globalização está produzindo, no interior do Estado nacional, uma forma ainda muito parcial mas significativa de autoridade, um híbrido que não é completamente privado e nem completamente público, não é totalmente nacional nem totalmente mundial”. Em sua obra *Théorie des Hybrides* (2017), Jean-François Gayraud utiliza a mesma ideia de “híbrido” trazida pela provocação de Sassen. Discutindo sobre as consequências da era pós-Guerra Fria, Gayraud afirma que “agora as entidades perigosas não se incluem mais em categorias únicas, sejam políticas ou criminosas. Esse fenômeno, nós chamamos de hibridização”. O autor traz, portanto, um novo termo que pode ser usado para representar o fenômeno do *nexus* crime-terror.

Na argumentação de Gayraud (2017), uma separação rígida e clara entre terrorismo e crime organizado defendida por alguns autores como Alex Schmid, o momento sendo anterior ou posterior à queda do muro de Berlim, nunca existiu. Segundo o autor, as “equações” existenciais de ambos os fenômenos inevitavelmente se cruzam. Enquanto para o crime organizado, recursos financeiros são o objetivo final e a política um meio para tal objetivo, grupos terroristas precisam de recursos financeiros para atingir seus objetivos políticos. Para além dessas simplificações de fenômenos tão complexos, não é preciso um estudo profundo para entender que existem de fato elementos basilares de cunho político na sustentação do tráfico de drogas transnacional. A própria ideia de que a única ou mesmo principal motivação do criminoso é o ganho econômico é rechaçada quando identificamos que esses indivíduos “estão à procura de poder e status social tanto quanto enriquecimento material” (Gayraud, 2017). Em um depoimento ao juiz Roberto Scarpinato, um célebre membro da máfia siciliana chamado Francesco Marino Mannoia declarou que

“frequentemente acreditamos que as pessoas trabalham para a Cosa Nostra por dinheiro. Mas isso é em parte verdade. Sabe por quê eu me tornei um uomo d’onore (homem de honra)? Porque eu não era ninguém em Palermo e que, em seguida, onde quer que eu fosse, as cabeças se abaixavam. Não vemos isso com dinheiro” (Scarpinato, 1992).

Organizações criminosas estruturadas e enraizadas como a Cosa Nostra na Sicília, a Yakuza no Japão ou ainda os cartéis mexicanos são promotores de ordem e regras, mas também estabelecem valores, identidades, subculturas e sistemas de crença. Esse folclore mafioso é o que John Sullivan (2012) denomina como “narcocultura”. Nesse sentido, o crime organizado desempenha um papel de real governante da sociedade, sendo caracterizado ainda

como “governo primitivo” (Skapedas & Syropoulos, 1995). Nessa argumentação, Donald Cressey e Frank Scarpitti (2008) adiciona que grupos criminosos utilizam práticas de negócio, mas também “práticas governamentais”, atuando como um “governo ilegal e invisível”, afim de “neutralizar” o governo legal. Seguindo tal lógica, é impossível dissociar o crime organizado de um escopo social e político. Como Gayraud (2017) conclui, “uma entidade criminosa enraizada e territorializada torna-se uma unidade política”.

No entanto, as diferentes dinâmicas, nas quais grupos terroristas e o crime organizado se aproveitarão das “novas oportunidades” descritas por Bovenkerk e Chakra, serão determinadas pelas variantes desses dois fenômenos que compõem o *nexus* estudado. Seguindo a mesma linha, Tamara Makarenko (2005) constrói um modelo conceitual denominado “continuum crime-terror”. A autora propõe-se a criar um novo modelo capaz de explicar as ameaças à segurança internacional provenientes das relações entre o crime organizado transnacional e o terrorismo. São definidas por Makarenko 7 estágios de nos quais grupos terroristas e criminosos podem se encontrar caso estejam possuem algum tipo de relação entre si.

3. Enquadramento das ferramentas de análise

3.1 - Modelo do “continuum crime-terror” de Tamara Makarenko:

Neste momento, o modelo “continuum crime-terror” desenvolvido por Tamara Makarenko apresenta-se como uma ferramenta muito interessante para auxiliar a análise do ponto abordado no capítulo seguinte: o enquadramento do *nexus* crime-terror no contexto específico do Afeganistão (figura 1). É imprescindível, desta forma, compreender e analisar o modelo de Makarenko em sua totalidade, com o objetivo de garantir uma utilização clara e eficiente desse modelo ao longo do trabalho.

3.1.1 - Primeiro estágio de Makarenko: Aliança

O primeiro estágio no “continuum” é designado por Makarenko (2005) como um estágio de “Aliança”. De acordo com a autora, a natureza dessas alianças entre grupos criminosos e terroristas varia, abrangendo interações pontuais, de curto, médio ou longo prazo. Ainda sim, essas relações tornam-se exponencialmente mais sofisticadas, especialmente tratando-se de terrorismo e tráfico de drogas internacional. Não é surpreendente que a primeira aliança documentada desse tipo tenha sido estabelecida entre o grupo de guerrilheiros terroristas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e cartéis

responsáveis por comandar o tráfico de drogas na América do Sul (Makarenko, 2005). Segundo Richard Boucher (2000), as FARC possuem interações regulares com cartéis de drogas mexicanos, enviando carregamentos de cocaína aos seus parceiros no México em troca de armamentos. São essas operações internacionais de commodities como drogas e armas que melhor exemplificam essa etapa do continuum de Makarenko.

No entanto, tanto grupos terroristas quanto cartéis de drogas rapidamente concluem que o melhor caminho é interiorizar conhecimentos e capacidades, garantindo que não criem uma relação de dependência com parceiros, além de evitar problemas inerentes em relações de aliança, como desconfiança e o surgimento de possíveis competidores em seus territórios e mercados. De tal forma, ambos os atores passam a mudar sua própria estrutura organizacional para desempenhar papéis não-tradicionais no arrecadamento de recursos financeiros e no jogo político, em detrimento de continuar cooperando com grupos que já atuam de forma eficiente nessas áreas (Dishman, 2001). Nesse estágio, Makarenko (2005) ilustra a passagem para um segundo nível no continuum crime-terror: o de “Convergência Operacional”.

3.1.2 - Segundo estágio de Makarenko: Convergência Operacional

Nesse estágio do continuum crime-terror, organizações criminosas passam a táticas terroristas para cumprir alguns objetivos operacionais. É necessário reforçar que o uso de tais táticas por grupos criminosos não são praticadas por fins políticos. Como aprofundado por Dishman (2001), o objetivo aqui é o uso de uma “violência seletiva e calibrada para destruir competidores ou ameaçar autoridades de combate ao tráfico de drogas. [...] e não é atada à nenhuma retórica política”.

Na “Convergência Operacional”, traficantes de droga não buscam uma mudança do status quo, mas sim garantir a segurança operacional de suas atividades e buscar uma maximização do seu lucro. Isso é verificado mesmo em casos onde criminosos desafiam abertamente instituições governamentais e elites políticas. Seja o cartel de Medellín com suas bombas e assassinatos (Clawson & Lee, 1996), seja a campanha contra turistas promovida pela máfia italiana (Marelli, 2001), o que motivou tais organizações a adotarem táticas terroristas foi justamente a ameaça que os governos nacionais passaram a representar para a segurança de suas operações ilegais. Do lado dos grupos terroristas, o direcionamento é o mesmo: a utilização de atividades criminosas como fonte de renda para a execução de seus objetivos operacionais (Dishman, 2001). Como explicado anteriormente, a utilização de tais atividades ilegais no período pós Guerra-Fria foi marcada pelo tráfico de drogas como o novo protagonista da arrecadação de recursos aos terroristas (Steinitz, 1985).

3.1.3 - Terceiro estágio de Makarenko: Tese da Convergência

A ideia da “Tese da Convergência” de Tamara Makarenko (2005), ilustra o próximo estágio no continuum crime-terror, no qual organizações terroristas e criminosas iriam convergir em uma entidade única que inicialmente teria características de ambos os grupos, mas demonstrando potencial para atingir o extremo oposto do continuum em relação ao ponto em que começou. Nesse momento, “os objetivos e motivações supremos da organização mudaram” (Dishman, 2001). Desta forma, a “Tese da Convergência” inclui dois componentes independentes: grupos criminosos que demonstram motivações políticas e grupos terroristas interessados em lucro, utilizando-se de uma retórica ideológica e política como fachada para perpetuar atividades ilegais. Segundo Tamara Makarenko (2005), o primeiro componente, ou seja, grupos criminosos, pode ser subdividido em duas partes. A primeira parte compreende grupos criminosos que utilizam-se de táticas terroristas para ganhar poder no campo da política, indo além de meramente interferir em processos judiciais ou legislativos, mas envolvendo-se diretamente nos processos políticos e institucionais do Estado. A segunda parte engloba grupos criminosos que inicialmente utilizam-se de práticas terroristas para estabelecer um monopólio sobre determinados setores da economia de um Estado, visando futuramente o ganho de poder político sobre o Estado em si. Desta maneira, torna-se essencial determinar se uma “gangue criminosa está engajada no crime para ganho pessoal ou se essa atividade criminosa é um adjunto para violência política” (Crelinsten, 2002).

Quando nós olhamos para o segundo componente da “Tese da Convergência”, os grupos terroristas, são exatamente os atores que mantêm sua retórica política como fachada para justificar a manutenção de suas atividades criminosas. Apesar da mudança de objetivo principal, tais grupos continuam empregando o uso do terrorismo por três principais razões. A primeira é manter o Estado e autoridades policiais concentradas em questões e problemas de cunho político, usando essa retórica como cortina de fumaça para tirar o foco do crime organizado. A segunda razão é a utilização do terror como ferramenta de combate a grupos criminosos rivais. Finalmente, a manutenção de uma retórica política permite a manipulação da rede de apoio terrorista que os grupos inicialmente construíram (Makarenko, 2005). Desta forma, tais grupos podem, por exemplo, manter seu apelo em relação ao recrutamento de novos apoiadores e legitimidade para com algumas parcelas das sociedades locais. Esses três elementos garantem ao grupos uma possibilidade de utilização de duas redes de apoio, uma terrorista e outra criminosa, conferindo uma habilidade de “mudança do foco de uma aplicação de terrorismo para outra, ou a busca por múltiplas aplicações simultâneas” (Lesser e al., 1999).

3.1.4 - Quarto estágio de Makarenko: Buraco Negro

Por fim, chegamos ao centro do continuum crime-terror de Makarenko (2005), onde encontramos o estágio que a autora define como “Buraco Negro”. Por ser a concretização de uma convergência entre o terrorismo e o crime organizado, o “Buraco Negro” representa a fase de maior ameaça à segurança internacional no continuum crime-terror, sendo responsável pelo possível surgimento de dois cenários preocupantes.

Primeiramente, o “Buraco Negro” pode produzir um “Estado Falhado”. Apresenta-se agora uma excelente oportunidade para analisar tal termo. De acordo com Charles Call (2008), o principal problema “com o conceito de Estados Falhados é sua definição, e mais especificamente de super agregação de diversos tipos de estados e problemáticas”. Segundo o autor, o termo define como “falhados”, um conjunto extremamente heterogêneo de países com problemas e especificidades singulares. Tal ação resulta na aplicação de uma mesma solução para problemas diferentes: a promoção da ordem. Além de não ser eficaz em muitos casos, a promoção cega de uma ordem interna em um “Estado Falhado” pode resultar em um poder estatal abusivo. Desta forma, Call (2008) propõe uma terminologia alternativa que será empregada neste trabalho para designar os cenários produzidos no estágio de “Buraco Negro” presente no continuum de Tamara Makarenko (2005). Segundo a autora, o primeiro cenário de “Estados Falhados” representaria um estado no qual é possível observar “características de anarquia”, com a falta de uma autoridade central. Ainda são usados como exemplos estados como Serra Leoa, Somália e Libéria. Absorvendo a definição de Makarenko (2005) e utilizando a terminologia alternativa provida por Call (2008), pode-se estabelecer que o primeiro cenário gerado estágio do “Buraco Negro” seria o de um “Estado Fraco”, no qual as capacidades das instituições formais do Estado são fracas e substituídas por redes de instituições informais, como tribos, clãs e instituições etnicamente organizadas.

O segundo possível cenário seria a produção do que Tamara Makarenko designa como um “Estado Criminoso” ou “criminalizado”, que utilizaria táticas terroristas para manter o poder e o controle do Estado nas mãos de elites políticas que promovem atividades ilícitas para enriquecimento pessoal (Makarenko, 2005). Como esclarece Gayraud (2017) em sua obra que será analisada logo a seguir, “a hibridização não concerne somente empresários privados da violência. Um Estado pode ele mesmo tornar-se híbrido, legal em aparência e criminalizado nos bastidores”. De acordo com o autor, a origem dessa “criminalização” pode ser endógena, com altos funcionários e políticos inclinando-se para uma lógica de predação, ou exógena, como produto de pressões corruptas de entidades criminosas. Assim como

Makarenko (2005), o termo “Estado Criminoso” ou “criminalizado” é utilizado para definir um Estado que “possa ser capturado por elites criminosas, e então privatizado em benefício de uma oligarquia predadora” (Gayraud, 2017).

Repetindo o mesmo exercício de buscar uma terminologia mais concreta para o tipo de Estado definido por Makarenko, recorre-se à obra de Charles Call (2008) para uma terminologia alternativa. Atendo-se à definição provida por Makarenko (2005), é possível estabelecer que o segundo cenário seria o de um “Estado Autoritário”, caracterizado por elites políticas que conquistam e mantêm-se no poder através do uso de táticas terroristas, garantindo terreno fértil para a manutenção de atividades ilegais.

Ambos os cenários ilustram Estados com fraca ou inexistente autoridade, legitimidade e controle territorial, estando eles fragmentados e deixando assim diversos componentes estatais (como seu sistema político e econômico e seu monopólio do uso da violência legítima) vulneráveis ao poder de “Terroristas Comerciais” e “Criminosos Políticos” (Makarenko, 2005).

Nesta altura é importante entender as divisões e terminologias criadas pela autora com o intuito de utilizar sua obra para auxiliar no enquadramento específico do *nexus* crime-terror desenvolvido no Afeganistão. Ao chegar no centro de seu continuum, Tamara Makarenko (2005) define três principais componentes, de diferentes tipos de ameaças, que os cenários de “Estados Fracos” e “Estados Autoritários”, citados anteriormente, fomentam.

3.1.5 - As ameaças dos Buracos Negros de Makarenko

A primeira ameaça fomentada em ambientes de “Buraco Negro” é a de “Crime Político”. Trata-se da situação na qual “uma organização criminosa, além de engajar em atividades criminosas, busca objetivos políticos claros através do uso do terrorismo” (Makarenko, 2005). Esses grupos passam a ser entendidos como Organizações Político-Criminosas (OPC), caracterizando-se assim por entidades que utilizam o terrorismo para atingir seus objetivos políticos e criminosos. Em termos estruturais, OPC são similares a grupos terroristas tradicionais, baseados em uma rede de células descentralizadas. Estrategicamente, o pensamento predominante em tais organizações é o entendimento de que o poder político e o poder econômico são inseparáveis (Makarenko, 2005). Desta forma, assegurar poder político é o primeiro passo para garantir empreitadas criminosas mais lucrativas. Consequentemente, em termos operacionais, Organizações Político-Criminosas tentam “quebrar ou ruir o senso de calma política e social em um país” (Harmon, 2000). Através desse ambiente, as OPC podem, não somente se infiltrar, mas construir governos ou

instituições governamentais paralelas.

A segunda ameaça que surge a partir do estágio do “Buraco Negro” é denominada por Makarenko (2005) como “Terrorismo Comercial”. Segundo a autora, trata-se da situação na qual um grupo terrorista tradicional, que inicialmente considerava atividades criminosas como um meio para angariar recursos financeiros, passa ao longo do tempo a considerar a segurança dessas operações ilegais como seu objetivo primário. Assim, perpetuar o crime passa a ser mais ou igualmente importante para o grupo aos seus objetivos políticos. Exemplos ilustrativos de terroristas comerciais são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional, que segundo Wilkinson (2011) tornaram-se “guerrilhas decadentes ao invés de revolucionários genuínos, irremediavelmente corromptos por seu envolvimento íntimo com narcotraficantes e suas perseguições cínicas de grandes lucros de sequestro e de sua ‘proteção’ da produção, processamento e centro de distribuição de cocaína e ópio”.

Finalmente, a terceira ameaça do último estágio de convergência do continuum é a “Síndrome do Buraco Negro”. O termo refere-se à situações nas quais estados fracos ou autoritários promovem a convergência entre crime organizado e terrorismo, criando um paraíso para esses grupos. Essas situações seriam possíveis a partir do momento que grupos políticos envolvidos em uma guerra civil passam a ter objetivos criminosos ou a partir do momento que observa-se a emergência de um “Estado de Buraco Negro”. Esse Estado seria caracterizado como completamente dominado por Organizações Político-Criminosas ou grupos designados como Terroristas Comerciais. Desta forma, a “Síndrome do Buraco Negro” representa o ponto mais extremo no continuum de Tamara Makarenko, uma vez que ilustra a criação e promoção de uma guerra, civil ou regional, por grupos não estatais, para assegurar poder político e econômico (Makarenko, 2005). Essa síndrome é apoiada pela argumentação de que “cada vez mais, guerras civis que aparentam ter começado com objetivos políticos transformam-se em conflitos nos quais benefícios econômicos no curto prazo são fundamentais. Enquanto ideologia e identidade permanecem importantes para o entendimento do conflito, eles podem não contar a história completa” (Keen, 2000).

3.2 - Modelo da Hibridização de Jean François Gayraud:

Ao se aprofundar na temática, Gayraud (2017) desenvolve seu próprio “modelo explicativo” do fenômeno de hibridização entre crime organizado e terrorismo. Utilizando como base as obras de Tamara Makarenko (2005), mas principalmente a de Louise Shelley e John Picarelli (2002), Jean François Gayraud propõe seu modelo baseado em quatro “figuras

de hibridização”. O autor divide seu modelo em 3 figuras que representam estágios dinâmicos e históricos de hibridação através de processos de cooperação, de convergência e de mutação. A quarta figura representa um estágio topográfico, denominado “coexistência territorial”.

O primeiro estágio, identificado por Gayraud (2017) como o de “cooperação”, é definido pelo autor como “embrionário”. Trata-se de uma fase de reconhecimento da existência de trocas entre grupos criminosos e terroristas promovidas por lógicas oportunistas ou utilitaristas. É importante compreender que esse estágio é atingido e mantido por um equilíbrio entre fatores de incentivo e desincentivo para uma aproximação dos fenômenos. Essa ideia sustenta-se a partir do entendimento que os atores criminosos e terroristas são também atores racionais, tanto a nível pessoal quanto coletivo, sendo capazes de adotar táticas, realizar cálculos para garantir maiores ganhos, reduzir perdas, entre outros. Os fatores que desestimulam a aproximação dos dois fenômenos estão intimamente ligados à uma “desconfiança mútua, de políticos à criminosos” (Gayraud, 2017). Questões ligadas ao medo de associação e a consequente repercussão entre parceiros e aliados, bloqueios ideológicos e medo de chamar, desnecessariamente, a atenção do Estado também são evocadas por Gayraud como relevantes enquanto fatores de desincentivos. Já, entre os fatores de incentivo à uma aproximação, os principais seriam a necessidade de adquirir recursos financeiros, conhecimento ou recursos materiais (documentação falsa, armas, etc.), e a simples incapacidade operacional por si só.

O segundo estágio definido por Gayraud (2017) é o da “convergência”. Nele, métodos e a própria estrutura das entidades passam a aproximar-se. É possível traçar um paralelo muito próximo entre o estágio de “convergência” de Gayraud (2017) e o estágio da “convergência operacional” do modelo de Makarenko (2005), descrito acima.

O terceiro nível de hibridização é o de “mutação”, onde a “convergência” é levada ao extremo e percebe-se a fusão de entidades terroristas e criminosas. Aqui, além da partilha dos mesmos métodos, existe a partilha dos seus objetivos e motivações. A mudança é tamanha que “nessas situações, os grupos não correspondem mais à sua definição inicial que fez deles um grupo político ou criminoso” (Dishman, 2001). É importante destacar que essa mudança é qualitativa e ocorre no interior dessas organizações, com seu “envelope exterior” mantendo-se o mesmo de antes, pelas mesmas razões descritas por Makarenko (2005) e Lesser e al. (1999) anteriormente. Desta forma, “inúmeros híbridos são camaleões, oferecendo uma aparência impostas por circunstâncias para sua sobrevivência” (Gayraud, 2017). Para Shelley e Picarelli (2005), tal fenômeno de fusão ocorre

“Em regiões do mundo onde uma combinação de má governança, de separatismo étnico e/ou de atividade criminosa tradicional são os que mais sustentam as interações entre o crime e o terror, no interior de Estados colapsados, regiões em guerra, em instituições penais e nas vizinhanças de centros urbanos” (Shelley e Picarelli, 2005).

De acordo com Gayraud (2017), esse estágio é o resultado de dois possíveis caminhos de uma organização: ou ela é constituída de forma híbrida desde sua origem, ou esse estágio resulta de uma evolução que o autor classifica de “degeneração”. Sobre esse sub-modelo desenvolvido por Gayraud, será reservado um momento posterior, caso necessário, para aprofundar-se na questão.

Mantendo o foco na ideia trazida por Shelley e Picarelli (2005), tem-se uma nova dimensão importante: a geografia. Importando essa nova dimensão para seu modelo, Gayraud (2017) combina o caráter geográfico aos três estágios descritos anteriormente (“cooperação”, “convergência” e “mutação”), criando três cenários onde o mesmo espaço é compartilhado mas em três configurações diferentes de acordo com os três estágios de hibridização. Esse fenômeno de mistura entre hibridização e a partilha do mesmo espaço geográfico é denominado “coexistência territorial”. Nesse ponto, um elemento que deve ser destacado é a importância de agentes intermediários que facilitam os estágios de hibridização e suas evoluções em um determinado território. Por exemplo, banqueiros, advogados ou agentes imobiliários que podem ajudar organizações terroristas e criminosas na lavagem de seu dinheiro ou ainda na defesa de sua imagem e reputação. Esses agentes, portanto, prestam serviços essenciais para tais entidades, garantindo a manutenção de suas atividades (National Security Strategy, 2011).

Com o trabalho de definição dos termos “tráfico de drogas”, “terrorismo”, “*nexus*” e “hibridização”, assim como o estudo dos modelos, que serão utilizados como ferramentas de análise, concluídos, muda-se o foco.

O próximo capítulo será utilizado para contextualizar o *nexus* no Afeganistão, em um momento anterior à 2001. O objetivo é permitir com que se estude as especificidades do fenômeno de hibridização crime-terror no país em momento anterior à invasão norte-americana. Portanto, delimitar e aprofundar a análise sobre os atores mais importantes na concepção do *nexus* afegão e a evolução do *nexus* em si. Com o trabalho de contextualização realizado, os modelos de Makarenko e Gayraud serão instrumentalizados para a evolução do trabalho.

Capítulo II: Olhar sobre o Talibã e contexto afegão antes da intervenção

Para o desenvolvimento do segundo capítulo, serão utilizados um ator e um intervalo histórico específicos. Neste capítulo, a análise será focada no grupo Talibã, em um intervalo histórico entre o fim da invasão soviética ao Afeganistão, em 1989, até a invasão liderada por forças norte-americanas em 2001. A razão pela escolha da análise desse ator, durante esse período, é que o foco no grupo Talibã permitirá que seja construída uma imagem detalhada de como o *nexus* crime-terror nasceu e floresceu no Afeganistão. Para isso, o segundo capítulo foi dividido em 5 partes.

A primeira parte do capítulo abordará as origens e a ascensão do Talibã ao poder no Afeganistão, que permitirá entender a natureza do grupo que atuaria como facilitador do *nexus* crime-terror em seu território. Em um segundo momento, será visto como a organização interna e a administração pública empregada pelo Talibã dificultavam a sua gestão do país, levando para a terceira parte do capítulo onde o grupo passa a se apoiar de diferentes maneiras no ópio para se financiar e buscar uma melhor posição no cenário internacional. Parte-se da análise da interação do Talibã com o ópio, para a análise da sua interação com grupos terroristas, nomeadamente a Al Qaeda, explorando como Bin Laden passa a exercer uma crescente influência na liderança talibã. O objetivo do desenvolvimento dessas 4 partes é ter uma contextualização que permita com que o *nexus* crime-terror afegão seja definido às vésperas da invasão liderada pelos EUA em 2001. Ao definir o *nexus*, será possível responder à problemática deste trabalho, ao longo do terceiro capítulo, sobre até que ponto o *nexus* e as estratégias para o seu combate contribuíram para o insucesso da intervenção de 2001.

1 - Talibã: Origens e Ascensão

Debruçar-se sobre o protagonista deste capítulo não é uma tarefa fácil, uma vez que trata-se, segundo Ahmed Rashid (2001), do “movimento político mais sigiloso do mundo atual”. Ainda segundo o autor,

“Entender o fenômeno do Talibã torna-se ainda mais difícil por conta do sigilo excessivo que circunda suas estruturas políticas, sua liderança e seu processo de tomada de decisão no interior do movimento. O Talibã não divulga comunicados de imprensa, discursos políticos ou conferências de imprensa.” (Rashid, 2001).

Para enfrentar tarefa tão árdua, esse olhar sobre o Talibã será feito de forma progressiva, começando com uma ótica geográfica. Isso porque

“Para poucos países no mundo é tão verdade que a geografia determina a história, a política e a natureza de um povo. A localização geoestratégica do Afeganistão, no cruzamento entre Irã, o Mar Árábico e a Índia e entre a Ásia Central e o Sudeste Asiático, deu ao seu território e passagens montanhosas uma significância desde as invasões arianas há 6 mil anos atrás. O terreno duro, acidentado, desértico e árido tem produzido alguns dos melhores combatentes que o mundo já viu [...]” (Rashid, 2001).

O recorte geográfico do país também impacta sua diversidade étnica. O Afeganistão moderno compreende 634 mil quilômetros quadrados, cortados por uma divisão de norte a sul pela enorme faixa montanhosa Hindu Kush. Genericamente falando, a grande maioria da população Pashtun, assim como alguns grupos étnicos falantes de persa estão localizados ao sul das montanhas, enquanto grupos étnicos turcos e persas habitam ao norte de Hindu Kush. As montanhas em si são populadas por tadjiques e hazaras, enquanto o nordeste do Afeganistão abriga as montanhas Pamir, que beiram o Tajiquistão, o Paquistão e a China (Rashid, 2001).

A característica do terreno afegão limita imensamente qualquer capacidade de nation-building. Primeiramente pela dificuldade de estabelecer comunicação entre as regiões do país, fazendo com que diferenças linguísticas continuem fortes. Ao norte encontram-se grupos uzbeques, turcomanos, entre outros, que utilizam línguas turcas da Ásia Central para se comunicarem.

Ao mesmo tempo, no oeste e centro afegão, o dari (nome dado ao dialeto persa-afegão) é o mais utilizado, inclusive pelos grupos étnicos hazaras. Já, ao sul e ao leste do Afeganistão, as tribos majoritárias Pashtun falam sua própria língua, o pashto (uma mistura de línguas indo-persas). São essas tribos pashtuns que viriam a formar o estado moderno do Afeganistão, em uma conjuntura histórica onde dinastias persas, mongóis e usbeques estavam em declínio no século XVIII.

Em relação à agricultura, cerca de 12% do terreno afegão é cultivável, sendo que a maioria dessas terras demandam um esforço gigantesco para permanecerem produtivas. Até 1970, o nomadismo de pastagem era uma atividade de subsistência essencial para a parte mais pobre da população afegã. Com a invasão soviética, isso mudou. Como elucida Ahmed Rashid (2001), “os nômades afegãos de ontem, são os comerciantes e motoristas de caminhões de hoje”, referindo-se ao narcotráfico na região.

Esse ponto ilustra bem o impacto que a invasão da União Soviética ao Afeganistão teve, servindo para que a análise entre em uma ótica histórica. A invasão teve início em dezembro de 1979 e resultou na morte de 1 milhão e 500 mil afegãos até 1989, quando as tropas soviéticas se retiraram da região. Para se ter uma ideia do conflito, estima-se que

“A União Soviética gastou cerca de 5 bilhões de dólares por ano no Afeganistão para

subjugar os mujahedin, ou um total de 45 bilhões de dólares. E perderam. Os Estados Unidos se comprometeram com 4 ou 5 bilhões de dólares entre 1980 e 1992 em ajuda aos mujahedin. Os fundos dos Estados Unidos foram igualados pela Arábia Saudita e, juntamente com a ajuda de outros países europeus e islâmicos, os mujahedin receberam um total superior a 10 bilhões de dólares” (Rashid, 2001).

Com a retirada das tropas soviéticas em 1989 e o subsequente fim da União Soviética, o regime de Mohammed Najibullah, presidente escolhido e apoiado por recursos soviéticos e que ainda controlava a capital Cabul, não sobrevive e cai em 1992. A guerra civil que teve início imediatamente após o fim do regime do presidente Najibullah não é resultado da queda de Cabul por si só. O fato de que a Capital caiu para as forças Tajiques e Usbeques, e não para as forças Pashtuns, teve um peso enorme. Essa mudança representava o fim do controle Pashtun sobre a capital, que já perdurava por 300 anos.

De acordo com Ahmed Rashid (2001), “o Afeganistão estava em um estado de desintegração virtual logo antes da emergência do talibã no final de 1994”. Tratava-se de um contexto onde inúmeros senhores da guerra repartiam o país, em um emaranhado de alianças e ligações que constantemente alterava-se sem necessariamente um racional político ou ideológico por trás. Diversos grupos distintos controlavam regiões, cidades e até mesmo bairros diferentes, onde esses senhores tinham a população local totalmente à sua mercê.

Com tamanho caos, grupos divergentes mas igualmente preocupados com a situação no país passam a promover muitas discussões chegam à uma agenda comum, que até hoje são os principais objetivos do Talibã: restaurar a paz, desarmar a população, impor a Sharia e garantir a integridade do país, assim como seu caráter islâmico. Um ponto de importante destaque é que essas discussões eram, em grande parte, promovidas em madrassas. Essas chamadas madrassas eram centros educacionais religiosos, frequentados por muitos jovens afegãos refugiados no Paquistão. Diversas lideranças do Talibã, como Mullah Hassan (ex-governador de Kandahar) e Mohammed Ghaus (ex-ministro dos negócios estrangeiros do Talibã) afirmaram que, de fato, foram nas suas respectivas madrassas que eles começaram suas discussões e moldaram as diretrizes do movimento Talibã. Sabendo que o berço do grupo foi nesses centros educacionais, a escolha do nome foi lógica. Um “talib” é um “estudante religioso”. Mais especificamente, “talib” representa o estudante que busca conhecimento, ao contrário de um Mullah, que transmite conhecimento (Rashid, 2001).

Esse é um aspecto fundamental para a percepção do grande público sobre o Talibã (plural de “talib”). Como elucida Rashid (2001), o Talibã conseguiu “se distanciar da política partidária dos Mujahedin e sinalizaram que eram um movimento de limpeza social, ao invés de um partido buscando assegurar o poder”. Mais além, as madrassas sendo o berço do

movimento determinaram o perfil do combatente talibã. A grande massa de guerreiros que se uniram ao Mullah Omar e ao Talibã nos primeiros meses de empreitada do movimento no Afeganistão eram jovens com idades entre 14 e 24 anos. Criados em madrassas ou centros de refugiados fora do Afeganistão, eram jovens que não tinham conhecimento de matemática, ciências, história ou geografia. Mais além, não tinham conhecimento da história e nem das memórias de seu país. Não tinham memórias tribais, de seus anciões, de seus vizinhos ou conhecimento das nuances étnicas que permeiam o Afeganistão. Tão pouco tinham a nostalgia de um país sem guerras e derramamento de sangue. Sem passado e sem qualquer conhecimento teórico ou prático para se ocuparem e trabalharem, a guerra religiosa era a única opção para esses jovens. Na verdade, o Talibã oferecia não somente uma ocupação ou vocação, mas um completo estilo e propósito de vida para que esses jovens abraçassem. Formados sem a companhia de mulheres e ensinados sobre os poderes de distração que as mulheres possuem sobre os homens, esses combatentes viram com naturalidade a imposição de confinamentos e restrição de direitos para o sexo feminino, quando o Talibã tomou a região de Kandahar, por exemplo.

O Talibã pode ser definido como um grupo islamista. O islamismo corresponde à,

“um conjunto de correntes político-religiosas de contestação, nascidas em contextos de crise econômica e de doença identitária, que apresentam do islã uma leitura eminentemente ideológica. Propõe uma leitura voluntariamente política e radical do Alcorão, uma crítica social e política dos fracassos dos modelos de desenvolvimento posteriores às independências, e se remetem à sharia e ao modelo profético de Medina” (Lamchichi, 2001).

Entre essas correntes político-religiosas mencionadas por Lamchichi (2001), o Talibã se classificaria como “neo-fundamentalista”, que foge de uma lógica de diferentes identidades culturais, étnicas e geográficas entre os muçulmanos. Por se tratar de um regime “islâmico muito radical, literalista e repressivo”, Dominique Baillet (2002) classifica o Talibã como uma espécie de seita, que segundo Max Weber,

"Constitui em princípio a associação voluntária, exclusiva, daqueles que são religiosamente e moralmente qualificados para aderi-la. É voluntariamente que entramos, se, no entanto, nós nos encontrarmos aceitos pela vontade de seus membros, em virtude de uma provação religiosa" (Weber, 1967).

Indo além da classificação de “seita”, Baillet (2002) vê o Talibã como “milénarista e apocalíptico”, que enxerga seu inimigo como “a encarnação global das forças do mal”. Adiciona-se a isso o desprezo à ciência, a negação à evolução social e “sua imposição dogmática e autoritária” do seu modo de vida” (Baillet, 2002).

Nesse início da empreitada Talibã no Afeganistão, é necessário salientar a participação do Inter-Serviço de Inteligência (ISI), principal diretório de inteligência do

governo paquistanês. O ISI não só financiou e sustentou as dezenas de madrassas dispersas pelo Paquistão, como ativamente reforçou o Talibã com armas, munição, veículos e ajudou até na implementação de uma nova estrutura de comando do movimento. Também foi o ISI que operacionalizou um acordo entre o Talibã e o General Rashid Dostum para que aviões militares e helicópteros capturados pelo Talibã fossem consertados pelos técnicos de Dostum, viabilizando assim a primeira força aérea Talibã.

É nesse período, entre 1995 e 1996, que os Estados Unidos da América voltam a olhar com mais cuidado para o Afeganistão (Rashid, 2001). O gatilho para esse olhar mais cuidadoso é o aumento do envolvimento externo no país. De um lado, Arábia Saudita e Paquistão disponibilizavam armas, munições, equipamentos, infraestrutura e recursos financeiros para o Talibã. Isso porque ambos viam com inquietação a resistência do regime de Burnahuddin Rabbani em Cabul. Do outro lado, o Irã buscava interromper o avanço Talibã e suas forças pashtun conhecidamente anti-xiitas. Iguamente apoiando Cabul, a Rússia enxergava o Talibã como radical demais, sendo um potencial desestabilizador da região. É nesse contexto complexo de alianças que os EUA passam a atuar mais ativamente. A razão dessa atuação, para além da oportunidade de exercer influência em resolver a situação, pode ser resumida por uma fala de Robin Raphel. Em 1996, Raphel, que era Assistente do Secretário de Estado para o Sul da Ásia, visitou tanto Cabul (ainda controlada por Rabbani) quanto Kandahar (reduto Talibã). Na ocasião, ela declarou que “também nos preocupa que oportunidades econômicas sejam perdidas, caso a estabilidade política não seja restaurada”.

Mas é somente em 27 de setembro de 1996 que o Talibã realiza o seu primeiro ato simbólico e brutal de grande repercussão na comunidade internacional. Enquanto suas tropas tomavam a capital Cabul, um grupo de 5 guerreiros talibãs invadiram o complexo da ONU na cidade e assassinaram o ex-presidente Najibullah, expondo seu corpo torturado em praça pública. Em um único ato, o Talibã foi capaz de ignorar a legitimidade das Nações Unidas, “envergonhar” seus aliados Paquistão e Arábia Saudita pela natureza atroz desse assassinato e ainda enfurecer grande parte do mundo muçulmano, especialmente pela veto talibã em relação a um funeral islâmico para Najibullah.

2 - Organização interna e gestão pública do Talibã

A tomada de Cabul pelo Talibã é importante pois ilustra muito bem a natureza do grupo. Grande parte dos guerreiros talibãs nunca tinham vivido em uma cidade grande. Muitos sequer haviam visitado Cabul até então. De repente, essa força militar vê-se no

comando de uma cidade de 1 milhão e 200 mil habitantes, moderna para os padrões afegãos e com uma multicoloridade étnica na qual a população Pashtun representava somente uma pequena minoria.

Em relação ao modelo de organização política do Talibã, Ahmad Rashid (2001) delimita duas diferentes fases históricas. Antes da tomada de Cabul pelo movimento, o autor se dizia impressionado pela descentralização, transparência e busca por consenso na hora da tomada de decisão. Nessa fase inicial, o Talibã apoiava-se na *Shura*, modelo islâmico e muito antigo de conselhos, onde as discussões deveriam ser acessíveis ao público e nas quais todos os líderes tribais deveriam participar da tomada de importantes decisões. Além desse caráter de uma liderança política coletiva,

“muitos afegãos se surpreenderam com o fato de que inicialmente o Talibã não reclamou o poder para si mesmo. Pelo contrário, insistiam que estavam restaurando a lei e a ordem somente para entregar o poder na mão de um governo de ‘bons muçulmanos’” (Rashid, 2001).

No entanto, tudo muda a partir de 1996. Assiste-se à uma centralização do poder nas mãos de Mullah Omar, o grande líder Talibã. Com o passar do tempo, Omar torna-se cada vez mais poderoso e recluso, se recusando a sair de Kandahar e ter contato com o restante das regiões e populações do país. A própria figura de Mullah Omar desperta visões contraditórias entre acadêmicos. Por sua parte, Thomas Johnson e Chris Mason (2007) analisou que

“[...] ao contrário das maiorias das insurgências, que não são centralizadas na personalidade de um único líder, o centro de gravidade do Talibã, [...], não são as tropas talibãs ou seus comandantes de campo ou mesmo clérigos seniores ao redor de Omar, mas o próprio Omar. Por ser um movimento socialmente carismático, se Mullah Omar morrer, o Talibã, ao menos em sua versão atual, irá definhando e morrer” (Johnson & Mason, 2007).

Já Abdulkader Sinno (2008), enxerga o Talibã como um movimento

“resiliente até mesmo como uma organização insurgente: o grupo não é vulnerável a decapitação (Mullah Omar é só o primeiro dentre muitos iguais), e está estruturado de maneira que o protege de muitos atalhos de contrainsurgência” (Sinno, 2009).

De fato, com a morte de Omar em 2013, o movimento mostrou-se altamente resiliente. Apesar de encobrir a morte do líder por 2 anos e admitir ter passado por lutas políticas internas, o Talibã mostrou-se coeso ao redor de Mansour, seu novo líder. Após a morte de Mansour em um ataque norte-americano guiado por drone em 2016, Hibatullah Akhundzada foi escolhido como um líder por representar um meio termo entre candidatos apoiados por grupos opositores.

Também é importante notar que, com a tomada de Cabul em 1996, o Talibã não apresenta nenhuma resistência política forte ou estruturada. Toda a estrutura comunista de poder havia sido desintegrada, as lideranças tribais tradicionais foram mortas e as lideranças

Mujahideen estavam desacreditadas, vistas como corruptas e redundantes. Nesse contexto, o movimento poderia livremente escolher entre empregar uma política nacional de conciliação, incluindo representantes étnicos e tribais nas *Shuras* promovidas por todo o Afeganistão, ou impor a dominação étnica pashtun sobre as decisões políticas do país. O Talibã optou pela segunda opção. De forma seletiva, Omar designava pashtuns para integrarem *Shuras* em regiões de maioria não-pashtun, demonstrando total desprezo por qualquer forma de representatividade étnica nas tomadas de decisões políticas da nação.

Já em termos militares, observa-se ainda maior sigilo e confusão envolvendo o modelo organizacional talibã. Enquanto Mullah Omar tinha o controle das decisões militares estratégicas e da alocação dos recursos, o restante da estrutura de comando militar era um grande caos. Não existia hierarquia entre comandantes, generais e oficiais. Muitas vezes ministros do governo talibã assumiam funções militares por alguns meses antes de voltar às suas funções administrativas somente para liderar novamente ofensivas militares. Comandantes tinham a prerrogativa de desenvolver táticas e planejar ações estratégicas, mas os poderes de tomada de decisão eram centralizados em Omar. No âmbito micro, são os comandantes locais os responsáveis por recrutar novos combatentes e angariar fundos para pagá-los quando retornam para suas casas em longas “licenças de trabalho”. São essas longas licenças que explicam o fato de que o exército talibã nunca superou a marca de 30 mil homens ativos.

O ponto positivo de toda essa desorganização é a flexibilidade hierárquica que se solidifica entre o exército talibã. Esses números de 30 mil homens poderiam aumentar exponencialmente caso novas ofensivas e necessidades surgissem, graças à grande capilaridade no recrutamento de novos combatentes. Mais além, essa característica hierárquica permite com que os líderes administrativos possam rapidamente substituir comandantes militares e garante com que tenham experiência de combate.

No entanto, em termos administrativos, constituía-se um desastre, especialmente em Cabul. Sempre que um ministro talibã ganhava notoriedade política e antes que construísse alguma base de apoio sólida, Omar o enviaria para o fronte de batalha. Isso não somente travava todo o processo de tomada de decisão política em uma determinada região, mas também resultava em um país sem governo efetivo e em um movimento sem papéis de liderança bem definidos (Rashid, 2001). Muitas vezes, a máquina burocrática afegã simplesmente não funcionava por caprichos ou medidas sem sentido do governo Talibã, como por exemplo repartições públicas abertas 2 horas por dia para que os funcionários pudessem

dedicar o restante de suas horas de trabalho a rezar. Neste aspecto, Smith (2011), reforça que assim como muitos movimentos populares revolucionários, o Talibã não conseguiu realizar a transição de movimento popular para um governo estatal efetivo. O movimento “falhou em diferenciar suas atividades entre coordenar um movimento popular-militar e administrar um estado funcional” (Rashid, 2010).

3 - O ópio afegão

Apesar de um contexto de total inabilidade de gerir a máquina administrativa pública afegã, a chegada do Talibã ao poder no país é vista com muito entusiasmo por um grupo em particular: os produtores de ópio.

O ópio é cultivado e consumido na região há centenas de anos, com algumas evidências de que a papoula é uma cultura tradicional em algumas partes do Afeganistão desde o século XVIII. Mas foi, de fato, no período entre 1979 e 1989 que assiste-se a um aumento exponencial na produção. Como elucida a pesquisa feita pela Global Illicit Drug Trends (2001), um ponto importante desse período histórico são os esforços de combate ao ópio em países tradicionais em sua produção, como a Turquia, Irã e Paquistão. Esses fatores externos permitiram com que o Afeganistão tivesse acesso a grandes mercados até então não acessíveis.

Mais além, Ahmed Rashid (2001) destaca o papel do ISI e da CIA nesse aumento drástico na produção de ópio durante a invasão soviética. Segundo o autor, caminhões que entravam no Afeganistão, a partir do Paquistão, com armamentos para os guerreiros da jihad, passaram a retornar ao Paquistão carregados com heroína. Como afirma Rashid (2001),

“O canal de escoamento de heroína nos anos 1980 não poderia operar sem o conhecimento, se não a conivência, de oficial do mais alto escalão do exército, do governo e da CIA. Todos decidiram ignorá-lo por uma tarefa que era derrotar a União Soviética. O controle de drogas não estava na agenda de ninguém.” (Rashid, 2001).

Uma das consequências externas da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão foi o endurecimento do controle paquistanês contra a entrada de drogas no país. No entanto, toda a estrutura que envolvia produtores, comerciantes, máfias locais e funcionários governamentais corruptos se mantinha de pé. E todos esses atores precisavam de novas rotas para escoar sua heroína.

Com o controle Talibã do país, os produtores de ópio puderam gozar de uma segurança que não vivenciavam desde de um período anterior à invasão soviética. O primeiro

legado da invasão, retirada e posteriormente a desintegração da União Soviética foi em termos de infraestrutura para o transporte de drogas ilícitas. Se não fossem as extensas redes de estradas construídas, especialmente nos antigos estados-membro soviéticos, traficantes de drogas teriam uma dificuldade imensamente maior de escoar a droga do acidentado terreno afegão para a Ásia Central e de lá para a Rússia e países ocidentais.

E essa rede de estradas era mais que suficiente para o transporte da heroína. Ao contrário de outras atividades como extração de madeira ou petróleo, drogas ilícitas requerem pouco controle sobre infraestrutura ou produção, sendo fáceis de se explorar por grupos terroristas (Piazza, 2012). São recursos que Michael Ross (2003) denomina de “saqueáveis” ou “pilháveis”. De acordo com o autor, a “saqueabilidade” de um recurso está ligada à facilidade com que ele pode ser extraído e transportado por indivíduos ou pequenos grupos de trabalhadores sem qualificação.

Intimamente ligado a esta característica, em seu trabalho, Ross (2003) levanta a hipótese de que quanto mais um recurso é “saqueável”, mais populações locais e empobrecidas se beneficiam. Quando comparam-se drogas ilícitas com recursos como o petróleo por exemplo, logo nota-se grande diferença. Por necessitar de mão de obra qualificada e um alto capital, recursos “pouco-saqueáveis” como o petróleo beneficiam menos as populações empobrecidas e pouco qualificadas. E isso é percebido pelo Talibã em 1996. Em entrevista à Ahmed Rashid (2001), Abdul Rashid, o chefe da divisão anti-drogas do Talibã, revelou que o Talibã permite que se cultive papoulas porque é uma atividade lucrativa para os fazendeiros. Segundo ele, “não podemos forçar que as pessoas cultivem trigo pois haveria uma rebelião contra o Talibã se impusessemos o fim do cultivo da papoula” (Rashid, 1997).

O segundo grande legado da invasão soviética ao país foi a produção de um estrago social e econômico no Afeganistão que criaram um vácuo profundo, preenchido pela produção de ópio. Os números ilustram bem isso. Em 1979, a produção nacional era cerca de 200 toneladas métricas de ópio. Menos de uma década depois, em 1988, as estimativas já eram superiores a 1000 toneladas métricas. Como explica Svante Cornell (2007),

“O fim do envolvimento direto da superpotência no país levou a uma necessidade para facções rivais de assegurar recursos financeiros por outros meios, incluindo o tráfico de drogas. No final dos anos 1990, a produção média anual já era superior a 3000 toneladas” (Cornell, 2007).

Um estudo produzido pela UNODC, em 2003, mostrou que a pobreza e os altos lucros vindos da produção de ópio eram citados por 61% dos camponeses afegãos como os principais motivos de seu cultivo.

Com a emergência do movimento no Afeganistão, o Talibã rapidamente reparou em tais lucros. Por estimativas da UNODC, um fazendeiro afegão ganha menos de 1% dos lucros totais do comércio de ópio, enquanto 2,5% permanecem nas mãos de comerciantes e transportadores da droga no Afeganistão e no Paquistão. Outros 5% se perdem nos países de trânsito da droga, entre o Afeganistão e os países de destino. O restante dos lucros são destinados aos negociantes e distribuidores das drogas nos países ocidentais. O ópio torna-se importante aos cofres talibãs, especialmente com o deterioramento da economia afegã a partir de 1998, resultado de desastres naturais e a má gestão econômica do país (Rashid, 2001). A incapacidade em trazer estabilidade econômica ao país, além do fracasso administrativo mencionado anteriormente, passa a gerar uma “frustração crescente entre a população” (Mansfield, 2016).

Essa situação interna soma-se à uma posição muito problemática para o Talibã no cenário internacional. Apesar de ter presença em mais de 90% do Afeganistão, o grupo só era reconhecido como o governo legítimo do Afeganistão por três países: Arábia Saudita, Paquistão e Emirados Árabes Unidos. Como será mencionado posteriormente, em 1999 o país sofre sanções das Nações Unidas por seu envolvimento com Bin Laden e a rede terrorista Al Qaeda. Sanções estas que além de aumentarem a percepção de isolamento perante o restante da comunidade internacional, tornava o Afeganistão inelegível para receber apoio financeiro de instituições internacionais e do setor privado. Na virada de século, O Talibã se via em um contexto onde não dominava a totalidade do território do Afeganistão, era incapaz de gerir a máquina pública afegã, assim como incapaz lidar com questões climáticas de secas, que já afetavam sua produção rural pelo quarto ano consecutivo, e era inelegível para receber apoio internacional, sendo visto pela comunidade internacional como basicamente um estado pária (muito pela supressão dos direitos das mulheres e suas violações dos direitos humanos) (Mansfield, 2016). Nesse cenário, o grupo decide fazer uma aposta política, recorrendo ironicamente ao ópio. Em 27 de julho de 2000, a liderança do grupo estabelece um decreto proibindo totalmente a produção de ópio no país.

Adotar uma posição firme no combate às drogas era o caminho escolhido pelo grupo para buscar a legitimidade de seu governo, assim como atrair suporte internacional para uma economia aos pedaços e uma população rural desamparada. Como elucidado anteriormente, o Talibã tinha plena consciência do peso econômico e do capital político que a produção e comércio do ópio representavam no país. A imposição de uma proibição a nível nacional significa, minimamente, um risco gigantesco para o seu regime. Mas manter um posicionamento periférico à comunidade internacional era visto como um risco ainda maior

pela liderança do grupo. Assim o cálculo foi simples: o apoio internacional conquistado com a proibição da produção de ópio pesaria mais que a impopularidade da medida entre a população afegã. O projeto faria com que o Talibã e a comunidade internacional unissem forças, o primeiro se responsabilizando pela aplicação da proibição no território afegão, enquanto a segunda se responsabilizaria por prover suporte ao desenvolvimento. Caso essa ajuda externa chegasse efetivamente ao Afeganistão, entendia-se que seus impactos compensariam os impactos de curto prazo vivenciados pela população com a proibição.

Com a proibição, os níveis de produção do ópio despencam de 3 mil e duzentas toneladas para 185 em menos de um ano (UNODC, 2018). Essa proibição é considerada por Mansfield (2016) como a “melhor tentativa conhecida de interrupção da produção de ópio no Afeganistão”, sendo a única que teve uma real eficácia a nível nacional. Internacionalmente, a medida trouxe resultados. De fato, a comunidade internacional passa a dialogar e enxergar o Talibã como um interlocutor confiável, levando aos países doadores a proverem assistência de curto prazo e a planejarem interações de médio e longo prazo com o regime. Mais além,

“Com a imposição da proibição do ópio, as autoridades talibãs se encontraram em uma rara posição por ocuparem uma posição de superioridade moral no palco internacional. Isso forneceu a oportunidade de combater a imagem do Afeganistão como um Estado pária e permitiu com que a liderança apresentasse a proibição como a conduta de um membro responsável da comunidade internacional: um ato de auto sacrifício onde os interesses das nações consumidoras foi priorizado sobre as necessidade econômicas das populações rurais do Afeganistão [...]. Na verdade, não fosse pelos eventos trágicos de 11 de setembro de 2001 e a subsequente intervenção internacional no Afeganistão, o sucesso do Talibã em proibir a produção de ópio poderia ter mudado a maneira com que a comunidade internacional engajava com o regime, levando à um aumento do suporte para o desenvolvimento para uma população rural que crescentemente via o Talibã fracassando em entregar melhorias no seu bem estar econômico” (Mansfield, 2016).

Isso só seria possível, é claro, se os cálculos talibãs estivessem certos e se a ajuda internacional, de fato, chegasse ao território afegão. Isso porque a imposição da proibição do cultivo significava a alteração da resolução política entre o Talibã e grande parte da população rural do Afeganistão. Com o deterioramento da situação econômica dessa população rural, ela se tornava cada vez mais dependente da proteção centro, tanto politicamente quanto financeiramente. Se o Talibã não fosse capaz de reforçar sua presença nas áreas rurais assim como direcionar o financiamento estrangeiro à essas populações, a capacidade do grupo em sustentar a proibição por mais tempo seria minada e os riscos de rebeliões contra seu regime aumentariam drasticamente. Com isso, a decisão de proibir a produção de ópio no país significou um altíssimo gasto de capital político por parte do Talibã, especialmente com elites tribais e locais que ajudaram a impor a medida. É bem possível que, caso não fosse fornecida alguma indicação de que a situação econômica da população rural melhoraria rapidamente, o

Talibã não teria capital político para gastar tentando manter de pé a proibição. Esse capital político intimamente ligado à indústria da droga continua a ser um ponto de atenção importantíssimo na formulação das políticas de combate às drogas durante a intervenção liderada pelos EUA.

4 - Bin Laden: Influência terrorista e Consequências ao Talibã

A origem do movimento Talibã e a preparação para que o Afeganistão se tornasse o maior produtor de ópio do mundo não foram as únicas consequências da *jihad* contra forças soviéticas. A vitória mujahideen, aos olhos de radicais muçulmanos, não significou a derrota do sistema comunista perante o mundo capitalista, mas sim a primeira de muitas vitórias possíveis do Islã contra superpotências não-muçulmanas.

De acordo com Rashid (2001), um número superior a 100 mil radicais muçulmanos, vindos de todos os cantos do mundo, obtiveram formação e experiência de combate durante a *jihad* mujahideen. Tanto no Afeganistão quanto no Paquistão, diversos campos foram montados para que esses combatentes se conhecessem, estudassem, treinassem e lutassem juntos. Como explica Samuel Huntington (1996),

“A guerra deixou para trás uma coalizão de organizações islamistas inquietas, com a intenção de promover o Islã contra todas as forças não-muçulmanas. Também deixou um legado de combatentes experientes e especialistas, campos de treinamento e instalações logísticas, redes relacionais trans-islã elaboradas entre indivíduos e organizações, uma quantidade substancial de equipamento militar [...], e mais importante, um sentimento inebriante de poder e autoconfiança em relação ao que foi conquistado e um desejo de partir para outras vitórias” (Huntington, 1996).

É importante destacar que esse recrutamento internacional de radicais islâmicos para a luta contra forças soviéticas foi ativamente sustentado pelos Estados Unidos, Paquistão e Arábia Saudita. Como provoca Rashid (2001), nenhum desses atores considerou que, vencendo a guerra, todo o ódio que esses voluntários radicais tinham pela União Soviética poderia ser redirecionado para esses próprios atores que os ajudaram. Entre esses voluntários estava Osama Bin Laden. A conexão entre Osama Bin Laden e Al Qaeda e o Talibã é essencial para incluir o movimento no *nexus* crime-terror que é estudado neste trabalho.

Durante a luta contra a invasão soviética, Bin Laden destacou-se por suas conexões com a família real saudita, que via com bons olhos seu envolvimento na *jihad*, e sua consequente capacidade de angariar recursos para a luta mujahideen. Após a morte de Abdullah Azam, líder da Irmandade Muçulmana, Bin Laden toma a frente da organização, que passa a se chamar Al Qaeda, ou “A Base”. Mas com a retirada das tropas soviéticas e as

disputas entre as lideranças mujahideen, Bin Laden retornou à Arabia Saudita. A invasão das forças iraquianas ao Kuwait, em 1990, faz com que ele passe a pressionar pela criação de uma frente de defesa popular ao reino saudita. Para sua surpresa, o Rei Fahd recorreu aos norte-americanos. É nesse momento que Bin Laden rompe com a família real, que passa a considerá-lo *persona non grata* e revoga sua cidadania em 1994.

Em 1996, Bin Laden retorna ao Afeganistão pouco antes que as tropas talibãs tomem Jalalabad e Cabul. O terrorista ainda possuía campos de treinamento de radicais islâmicos no país, montados com seus próprios recursos pessoais no período da jihad contra a União Soviética. Esses radicais, após treinamento, tornavam-se terroristas que iriam compor a rede da Al Qaeda ao redor do mundo. Com a ascensão talibã, Bin Laden torna-se próximo à Mullah Omar e passa a morar em Kandahar com o aval e proteção do Talibã (Rashid, 2001). Apesar da proximidade dos dois líderes, durante alguns anos o Talibã ainda via Bin Laden como uma moeda de troca, especialmente com os norte-americanos. Entre 1996 e 1999, o Talibã e os Estados Unidos mantiveram contato constante para negociar a prisão de Bin Laden em troca do reconhecimento do governo talibã como legítimo aos olhos da comunidade internacional. O interesse norte-americano em Bin Laden já era muito grande em 1996. Desde seu rompimento com a família real saudita, suas articulações com grupos ligados à Al Qaeda e seu possível envolvimento em diversos atos terroristas eram acompanhados de perto pelos Estados Unidos, que congelou sua fortuna estimada em 300 milhões de dólares.

Ao longo desses 3 anos de negociações entre o Talibã e a administração Clinton, Bin Laden conseguiu aumentar cada vez mais sua influência sobre Mullah Omar e o restante da liderança do movimento (Rashid, 2001). Até então, o Talibã nunca tinha sido particularmente hostil aos Estados Unidos ou ao Ocidente. Antes da tomada de Cabul, o movimento também nunca havia tido contato com uma ideologia Pan-Islâmica propagada pela Al Qaeda. Esse contexto foi rapidamente mudando. Mais e mais as visões de mundo de Bin Laden passavam a serem compartilhadas pela liderança do Talibã. Com os atentados simultâneos realizados pela Al Qaeda às embaixadas norte americanas no Quênia e na Tanzânia, 1998, fizeram com que a paciência dos Estados Unidos se esgotasse. Pressionando mais ainda o movimento e outros países que mantinham boas relações com o Talibã, como a Arábia Saudita, Bin Laden passa a ser visto não mais como uma moeda de troca, mas sim como um risco. Em novembro de 1999, a ONU impõe sanções ao país por seu envolvimento com o terrorista. Para ganhar tempo nas negociações, o Talibã secretamente tira Bin Laden de Kandahar. Negociações essas que não avançam. Nesse ponto, Rashid (2001) deixa claro que Bin Laden não somente passou a exercer enorme influência dentro da liderança talibã, mas também expôs a imagem de um

Afeganistão como um “santuário” para grupos terroristas, o que acabou isolando ainda mais o Talibã na cena internacional, pondo fim a qualquer esperança de reconhecimento do seu governo pela comunidade internacional.

É aqui que ilustra-se a importância do elemento Al Qaeda para a análise do *nexus* afegão. Apesar do fato de que, nesse período histórico, é impossível cunhar o movimento Talibã como terrorista, ele passa a se conectar intimamente com grupos terroristas. Não somente por objetivos táticos ou interesses para ganhos do grupo. Pelo contrário, o Talibã passa a se alinhar tanto com a Al Qaeda e especialmente sua liderança com a ideologia e o discurso de Osama Bin Laden, que o Talibã está disposto a desistir de seu reconhecimento internacional e também a se afastar dos poucos e importantes aliados, como a Arábia Saudita. Sobre as consequências do estreitamento dos laços entre o Talibã e a Al Qaeda, Baillet conclui que

“Essa ideologia neo-fundamentalista foi exacerbada pelo regime do Mulá Omar após a chegada dos islamistas wahabistas, como Bin Laden, e se sobrepõe à uma tradição pashtun misógina [...]” (Baillet, 2002).

Sobre o wahabismo saudita importado para o Afeganistão por figuras como Osama Bin Laden, Baillet (2002) caracteriza-o como uma,

“ideologia muito rigorista e puritana, que prega o retorno ao islã original, assim como o funcionamento do Estado sobre a base de uma lei estritamente fundada no Alcorão e na suna profética. O wahabismo é assim um fundamentalismo desejando restaurar as morais islâmicas sobre uma base rigorista (Baillet, 2002).

É nesse momento que se observa o início de uma transformação que se concretizaria com a invasão norte-americana: o surgimento do “Neo-Talibã”. Retomando táticas de guerrilha de seus antecessores mujahideen e se apropriando de técnicas terroristas promovidas pelos seus aliados da rede da Al Qaeda (Smith, 2011), o “Neo-Talibã” apresenta-se como a extrapolação do islamismo característico do grupo original. É nesse “Neo-Talibã” que um movimento fundamentalista, militar e popular característico do “Talibã original” funde-se à uma lógica anti-ocidental e terrorista. Mais além, o “Neo-Talibã” recorre ao apoio popular nessa fase pós-invasão norte-americana. Ao tomar controle do país a partir de 1993, o “Talibã original” impôs à uma população etnicamente e socialmente diversa, um regime dominado pela etnia Pashtu. Um regime no qual as mulheres perdem grande parte dos seus direitos e ganham um papel social típico das zonas rurais e mais tradicionais do Afeganistão. Um regime especialmente radical aos habitantes dos centros urbanos do país, que possuíam um modo de vida extremamente moderno e, portanto, muito diferente do tradicionalismo imposto pelo “Talibã-original” (Smith, 2011). Isso muda com a invasão liderada por George W. Bush. Esse novo Talibã não é uma “organização monolítica mas uma na qual existem diversos

grupos de interesse” (Rashid, 2010). O “Neo-Talibã” passa a abraçar mais grupos étnicos, mais objetivos no seio de seus combatentes e passa a se aproveitar da rejeição que as tropas ocidentais alimentam na população local, com suas duras represálias e mortes de inocentes. Ilustra-se assim a importância da diferenciação entre o “Talibã original” e o “Neo-Talibã” visto as diferenças marcantes entre si. Será, desta forma, utilizados ambos os termos para referir-se ao grupo, levando em conta o momento em questão.

5 - O nexus crime-terror afegão até 2001

Durante o período anterior à invasão norte-americana ao Afeganistão, o Talibã constitui-se como um movimento islâmico que, por meios militares, busca o controle do território do país para, primeiramente por fim às disputas internas no seio dos mujahedin e posteriormente enforçar a lei da *Sharia* em toda a sociedade afegã. Tomando o poder do Afeganistão, o Talibã escapa ao escopo de grupo terrorista ou de um ator do crime organizado. Com o controle do Estado, o Talibã rapidamente percebe que o cultivo do ópio e a exportação de heroína eram uma fonte de renda importantíssima aos cofres do movimento e passa a prover segurança e solidificar uma infraestrutura logística para o comércio da droga, pavimentando rotas de escoamento de heroína e disponibilizando locais para sua estocagem. Já a ligação do movimento com grupos terroristas vai muito além de seu envolvimento com a Al Qaeda. Neste capítulo, a Al Qaeda personifica o papel de “grupo terrorista” para facilitar a análise que será realizada e por representar o maior grupo e de maior envolvimento com o Talibã.

Mas é importante salientar que o movimento talibã não só forneceu santuário como também armamentos e recursos a grupos extremistas sunitas que atuavam no Paquistão, por exemplo, lutando pela instauração de um Estado paquistanês sunita. Isso porque a estratégia paquistanesa, de apoio e assim controle das atividades talibãs no Afeganistão, falhou. Antes conectado somente ao ISI, o Talibã era muito dependente do relacionamento com a agência para garantir a manutenção do suporte paquistanês ao movimento. Com a tomada de Cabul e do Estado afegão, o Talibã ganha acesso indiscriminado a diversos grupos e lobbies no seio do Estado paquistanês: outras instituições governamentais para além do ISI, partidos políticos, grupos islâmicos, redes de madrassas e com máfias envolvidas no tráfico de drogas (Rashid, 2001). Nesse momento, a intenção paquistanesa de exercer influência sobre o Talibã resulta, pelo contrário, em uma “talibanização” do Paquistão. Com fronteiras praticamente inexistentes entre os 2 países, “em ambos os lados, tribos pashtuns estão escorregando em

direção ao fundamentalismo e se tornando cada vez mais implicadas no tráfico de drogas”, afirmou Oliver Roy (1997).

Assim, o Talibã atuou como um grande promotor da produção e do comércio de drogas e um ativo patrocinador de atividades terroristas de diversos grupos fundamentalistas, entre eles a Al Qaeda. Além de estabelecer um ambiente propício para o desenvolvimento do *nexus* crime-terror no Afeganistão, o movimento proporcionou uma dimensão internacional à esse *nexus*, utilizando diretamente fundos provenientes do ópio para financiar movimentos terroristas no Paquistão e na Ásia Central, como o Movimento Islâmico do Usbequistão (MIU) (Piazza, 2012). O Talibã configura-se assim como um elemento de fomento ao desenvolvimento do *nexus* crime-terror e a sua evolução no Afeganistão e é por isso que o grupo foi o foco deste capítulo.

Por não tratar-se de um grupo criminoso e nem um movimento terrorista, a posição do Talibã pode ser vista como externa ao continuum crime-terror de Makarenko. O grupo interage com ambos os fenômenos mas não posiciona-se no continuum justamente por não se enquadrar, neste momento histórico, como um grupo terrorista ou do crime organizado. Alternativamente, pode-se utilizar o modelo da hibridização de Gayraud (2017) para definir em qual estágio de interação com os atores do *nexus* o Talibã se encontrava. O estágio de “Convergência” de Gayraud (2017) ilustra bem a relação entre o Talibã e o crime organizado envolvido no tráfico de drogas. Já em relação a grupos terroristas, o Talibã apresenta um envolvimento evolutivo. Até 1998, o grupo possuía uma relação de “Cooperação” (Gayraud, 2017), por ainda enxergar com cautela seu envolvimento com grupos terroristas como a Al Qaida, especialmente pela repercussão na comunidade internacional. A partir de 1999, por motivos elencados anteriormente, o Talibã passa a caminhar em direção ao estágio de “Convergência” de Gayraud (2017), sem de fato atingi-lo. Assim, nesse período entre 1999 e 2001, observa-se o Talibã em um estágio intermediário em relação ao seu envolvimento com a Al Qaida. Tudo isso, é claro, em um contexto definido por Gayraud como uma “coexistência territorial”.

É possível ainda mobilizar o continuum de Makarenko (2005) para analisar a ameaça que o *nexus* crime-terror representava para a segurança internacional. O Afeganistão, às vésperas da invasão norte-americana de 2001, vive a “Síndrome do Buraco Negro” trazida por Makarenko (2005) como a situação na qual um Estado Autoritário, neste caso dominado por um movimento que assemelha-se à uma “seita milenarista e apocalíptica” (Baillet, 2002), promove a “coexistência territorial” (Gayraud, 2017) entre crime organizado e terrorismo ao

criar verdadeiros paraísos para esses grupos operarem. Segundo a autora,

“Não somente o Afeganistão foi destruído por uma incessante instabilidade doméstica, a sua própria essência como um “buraco negro” significou que ele ameaçava diretamente a segurança da região mais ampla. Ademais, o Afeganistão provou ser uma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos, sudeste asiático e do resto do mundo, sobretudo porque fomentava a ascensão e o alcance global da Al Qaida” (Makarenko, 2005).

É neste contexto que as forças militares norte-americanas vão se inserir a partir de 2001. Como será apresentado no próximo capítulo, a caracterização desse *nexus* se altera ao longo dos 20 anos. Isso porque o Neo-Talibã não segue mais atuando como um intermediário no *nexus*, assumindo para si o papel de protagonista como um grupo que utiliza-se de táticas terroristas.

Com o entendimento histórico do Afeganistão, dos atores estatais, terroristas e criminosos atuantes e da constituição do *nexus* em si, parte-se para o terceiro capítulo. O objetivo deste próximo capítulo é mobilizar as ferramentas teóricas apresentadas no primeiro capítulo e combiná-las com o contexto definido no segundo capítulo. Desta forma, será possível analisar as estratégias norte-americanas no combate ao terrorismo no país e endereçar objetivamente as duas hipóteses desse trabalho: que o tráfico de drogas é o grande desestabilizador da região e que o combate ao narcotráfico falhou por ser pautado em estratégias equivocadas por parte das forças de coalizão lideradas pelos Estados Unidos.

Capítulo III: O *Nexus* Crime-Terror afegão após a intervenção e a despriorização de seu combate

No dia 7 de outubro de 2001, o então presidente norte-americano George W. Bush autoriza, em conjunto com tropas britânicas, o início da Operação *Enduring Freedom*. Essa campanha militar tinha como objetivo derrubar o governo talibã através de uma série de bombardeios, ataques aéreos, operações especiais e suporte de inteligência da CIA a grupos afegãos anti-talibã no terreno. A queda do governo talibã veio em 2 meses.

Chega-se ao momento de retomar a problemática apresentada na introdução deste trabalho. Com as definições essenciais e as ferramentas de análise apresentadas no primeiro capítulo, assim como uma contextualização do Afeganistão e do caráter do *nexus* crime-terror afegão realizadas no segundo capítulo, torna-se possível construir os argumentos que responderão à problemática.

Para tal, em um primeiro momento será realizada uma análise a dependência por parte do Neo-Talibã dos recursos advindos da economia do ópio, assim como o crescimento dessa economia em si e seu impacto para a fragilidade do país. Também serão discutidas as políticas de combate às drogas desenvolvidas, assim como sua eficácia e impactos econômicos e sociais. Por fim, a clara falta de priorização contínua da guerra às drogas pelos norte-americanos explicará porque tais estratégias empregadas estavam fadadas desde o começo.

Neste momento do trabalho, fica evidente que os aliados dos Estados Unidos, e posteriormente ao longo da guerra os próprios EUA, reconhecem a existência de um *nexus* crime-terror no Afeganistão. Como o próprio Departamento de Estado dos EUA afirma,

“Traficantes de drogas se beneficiam de habilidades militares de terroristas, dos suprimentos de armas e acesso a organizações clandestinas. Terroristas ganham uma fonte de renda e o conhecimento em transferências ilícitas e lavagem de dinheiro para suas operações. Como traficantes e outros grupos organizados criminosos, eles utilizam aqueles países e jurisdições onde as regulamentações bancárias são fracas. Ambos os grupos corrompem oficiais que provêm documentos fraudulentos, como passaportes e papéis alfandegários” (Departamento de Estado dos EUA, 2002).

Esse conhecimento a respeito da existência, não significa, no entanto, o correto entendimento sobre os atores, componentes e dinâmicas de interação no interior desse *nexus*. Na verdade, ao escolher focar na sua “guerra ao terror” ao invés do combate às drogas, torna-se igualmente evidente que os EUA não foram capazes de compreender corretamente o *nexus* afegão que existia em 2001 e que sofreu evoluções ao longo dos 20 anos de guerra. Essa incapacidade se deu por pautar-se em ganhos e métricas de curto prazo, que sustentavam a

ideia que um comprometimento constante com o combate ao narcotráfico não era necessário para ganhos duradouros na guerra contra as drogas.

1 - A economia do ópio

1.1. O ópio neo-talibã

O Neo-Talibã possui, grosseiramente, três formas de coletar dinheiro a partir do ópio. A primeira é através de uma taxa de 10% sobre os fazendeiros nas zonas controladas pelo grupo. Essa taxa, conhecida como ushr, é coletada por comandantes neo-talibãs locais, que são responsáveis por áreas bem delimitadas. Esses recursos são destinados a suprir o grosso dos gastos do Neo-Talibã ao nível distrital, sejam eles salários dos combatentes, transporte, combustível, comida, armas e explosivos. O Neo-Talibã também lucra através de proteção armada. Seja protegendo as plantações, transportes ou até liberando rotas para o escoamento do ópio para fora do Afeganistão, o grupo é capaz de cobrar até 20% dos carregamentos como pagamento por esses serviços. Além de lucrarem com taxas sobre fazendeiros e ao prover proteção para o cultivo e transporte da droga, o Neo-Talibã também retira lucros a partir do refinamento da droga. O grupo coleta impostos a partir de produção dos laboratórios que transformam ópio em heroína, sendo em muitos casos o próprio Neo-Talibã o dono dessas refinarias. Não à toa,

“O DEA estima que o ópio agora provê ao Talibã com 70% do seu financiamento [...]. A UNODC estima que aproximadamente 80% das 8 mil e duzentas toneladas métricas da produção de ópio do Afeganistão em 2007 veio de regiões do Talibã e foram vendidas em uma média de 86 dólares por quilo. Isso teria rendido ao Talibã mais de 56 milhões de dólares em 2007 da taxa de 10% [...], que é coletada ao nível das fazendas. Adicionalmente, mais de cinquenta refinarias supostamente operam em áreas controladas pelo Talibã, onde insurgentes coletam cerca de 250 dólares por quilograma refinado. A UNODC estima que essas refinarias produziram 666 toneladas métricas de heroína e base de morfina em 2007, que geram outros 133 milhões e alguns trocados por ano. O Talibã também ganha até 250 milhões anualmente provendo proteção armada para carregamento de drogas passando por suas regiões, assim como recebendo dezenas de milhões de dólares em valor de suprimentos de contrabandistas, incluindo veículos, comida, e telefones a satélite” (Peters, 2009).

Chega-se, portanto, a um número estimado em 690 milhões de dólares, no ano de 2007, aos cofres neo-talibãs. Para realizar uma análise mais recente, utilizaremos a pesquisa sobre ópio realizada pela UNODC e validada pelo governo afegão em 2018. Isso porque a pesquisa de 2019 não foi validada pelo governo, e por isso não foi publicada. Já a pesquisa de 2020 foi gravemente afetada pela crise do COVID-19 e por isso, trata-se de um documento muito mais raso do que o produzido em 2018. De todas as formas, a UNODC estima que o

total da produção foi muito similar nos anos de 2018 e 2020. Assim, serão utilizados os dados da pesquisa de 2018, mantendo-se em mente que, em primeiro lugar, esses dados serão mobilizados somente para ilustrar o contexto. Em segundo lugar, eles variam pouco entre 2018 e 2020, com uma produção de 6 mil e 300 toneladas métricas em 2020 contra 6 mil e 400 em 2018.

A área sob cultivo de ópio em 2018 diminuiu em 20% desde 2017, mas manteve-se em níveis muito altos. O total da área de cultivo de ópio no Afeganistão foi estimado em 263 mil hectares em 2018, uma redução de 20% comparado com o ano anterior. Dessa forma, 2017 marcou o ano recorde, com 2018 em segundo lugar, dos níveis de cultivo de ópio desde 1994. A maior parte do cultivo do ópio tomou lugar na região sul do Afeganistão (69%) seguida pela região oeste do país (12%) (UNODC, 2018).

As províncias que fazem parte da região sul são Day Kundi, Helmand, Kandahar, Uruzgan e Zabul. Somente a província de Helmand foi responsável por 52% da área total cultivada no Afeganistão (ou 3 mil e 300 toneladas métricas de ópio), mesmo com uma redução na produção de 2018 em 5% se comparado com o ano anterior (figura 2). A província de Kandahar aparece logo em seguida, sendo responsável por 9% da área total cultivada no país (ou 564 toneladas métricas de ópio) (UNODC, 2018). São nessas regiões do país, especialmente no sul, que o Talibã exercia, historicamente e também nesse período específico, o seu maior controle e influência. Levando em conta as estimativas mencionadas anteriormente por Peters (2009) feitas pela DEA, o Talibã viu o território sob seu controle expandir, assim como as plantações de ópio em áreas que exerce domínio. Por isso as estimativas de 80% da produção de ópio vindo de áreas controladas pelo Neo-Talibã, há uma década atrás, podem ser modestas.

Ilustra-se um contexto onde o grupo controla quase a totalidade dos territórios onde uma indústria multibilionária se desenvolve e cresce. A UNODC estima que somente em 2017, o ano de recorde de produção de ópio no país, a indústria da droga no país teve número próximos a 6,6 bilhões de dólares americanos, considerando a produção, refinamento e transporte da droga. Já em 2018, os números girariam em torno de 2,2 bilhões de dólares americanos. Comparando esses números com os recursos angariados pelo governo afegão por conta própria, que giram em torno de 13% do PIB do país (2,5 bilhões de dólares americanos), “receitas levantadas pelo governo, assim, essencialmente igualaram o valor da economia do ópio” (Felbab-Brown, 2020). Desta forma, Felbab-Brown (2020) conclui que “talvez em nenhum outro lugar um país e a comunidade internacional se depararam com uma economia

de drogas ilícitas tão forte quanto a do Afeganistão”.

Através da redefinição do Talibã em sua nova versão e o envolvimento deste Neo-Talibã com as drogas descrito até aqui, torna-se possível observar que a participação do grupo muda no *nexus* crime-terror do país. O Talibã caracterizava-se como um facilitador da existência do *nexus* crime-terror no Afeganistão e das interações que ocorriam no seu interior, sendo que após a invasão ao país de 2001, seu papel mudou. O Neo-Talibã é um grupo que se utiliza de táticas terroristas e, por isso, passa a desempenhar um papel de participante na extremidade “terror” do continuum de Makarenko (2005). Analisando o envolvimento do grupo com o crime organizado, assiste-se ao deslocamento da posição do Neo-Talibã ao longo do continuum de Makarenko (2005) em direção ao meio do continuum.

Não pode-se afirmar, apesar do ópio ser tão fundamental para as operações neo-talibãs, que o grupo muda suas motivações políticas para perseguir a maximização de seus lucros com a droga. É verdade que o Neo-Talibã promoveu operações militares para assegurar a proteção de sua principal fonte de renda, como ataques a postos inimigos com o objetivo de limpar rotas de trânsito da droga e defender plantações de equipes de erradicação (Fairweather, 2014). É igualmente verdade que existe a lógica de enriquecimento pessoal por parte de indivíduos neo-talibãs. Sobre o envolvimento da liderança do grupo com o lucro das drogas até 2001, Rashid argumenta que,

“A única coisa que pode ser dita em favor do Talibã era que, ao contrário do passado, essa renda parece não ir para os bolsos dos líderes deles, por continuarem a viver vidas extremamente modestas” (Rashid, 2001).

Ainda sim, Peters (2009) e Fairweather (2014) relatam muitos casos onde chefes locais cobravam acima das porcentagens das taxas estipuladas para obterem algum lucro pessoal. Isso não é suficiente, no entanto, para concluir que o Neo-Talibã mudou de motivações e que utiliza seu discurso político meramente como fachada para a promoção de suas atividades criminosas. Dessa maneira, o grupo não configura-se em uma situação de “Tese da Convergência” que representaria o terceiro estágio do continuum crime-terror (Makarenko, 2005). Pode-se concluir genericamente que o Neo-Talibã, enquanto grupo que utiliza-se de práticas terroristas para atingir seus objetivos políticos, esses objetivos permanecendo como sua motivação central, interage de tal forma com o tráfico de drogas que se situaria no segundo estágio do continuum crime-terror desenvolvido por Tamara Makarenko (2005): A “Convergência Operacional”. Como mencionado anteriormente, esse estágio seria caracterizado por grupos terroristas utilizando atividades criminosas como fonte de renda para a execução de seus objetivos operacionais (Dishman, 2001).

1.2. O ópio afegão

Apesar de ser simples definir, ainda que de forma não tão profunda, o estado do *nexus* crime-terror, é igualmente importante entender as consequências da existência desse *nexus* e de suas interações. Essa é uma tarefa muito mais complexa. No caso do Afeganistão no pós-invasão das tropas lideradas pelos EUA, é imprescindível entender que a existência do *nexus* crime-terror foi importante para o crescimento da indústria da droga, que passa a causar impactos que extrapolam o próprio *nexus* crime-terror. Por isso é importante entender que a magnitude dessa indústria vai além do financiamento do Neo-Talibã. Como discorre Fairweather (2014) ao analisar a visão superficial da administração Bush sobre a ligação entre a droga e grupos insurgentes,

“Essa abordagem erroneamente destacava uma linha do comércio de ópio e perdia o ponto chave de que o dinheiro do ópio toca todos os aspectos da vida afegã” (Fairweather, 2014).

Isto porque a economia do ópio provê, a um país onde a taxa de desemprego entre a população ativa atingiu em 2020 cerca de 11,7%, milhares de empregos (Organização Mundial do Trabalho, 2020). Segundo o SIGAR (Inspetoria Geral dos EUA para a Reconstrução do Afeganistão) no ano de 2017, o cultivo do ópio gerou 590 mil empregos de tempo integral. Sem contar que o cultivo é a base de subsistência de muitos agricultores que passam a ser reféns de uma cultura que, apesar de ser mais lucrativa que outras como o trigo, também traz consigo ameaças do Neo-Talibã, de oficiais do governo e de senhores da guerra. Esses agricultores acabam por vivenciar na pele as flutuações dos preços do ópio (figura 3).

Como é possível visualizar no gráfico produzido pela UNODC no seu relatório sobre a produção de ópio em 2018, a produção recorde no ano anterior promoveu uma queda acentuada nos preços do ópio ao nível dos agricultores, chegando ao preço de 94 dólares por quilo da cultura. E esse preço não parou de cair, visto que em 2020 chegou próximo de 55 dólares por quilo.

A provocação trazida por Fairweather (2014) é essencial para reforçar, mais além, que o dinheiro vindo da droga não fluía somente para um lado da equação. Muitos dos indivíduos lucrando com a produção e o tráfico de drogas eram senhores da guerra e muito influentes no seio do governo afegão. Outros beneficiários eram membros permanentes do governo afegão, com ligações tão profundas que conectavam o próprio presidente Hamid Karzai e membros da sua família ao negócio do ópio. Grande parte desses indivíduos estavam na folha de pagamento de agências de inteligência ocidentais como a CIA e o MI6 por serem considerados peças importantes para a estabilidade na região e diálogo com líderes locais.

Esse era o caso de Sher Mohammed Akhundzada. Conhecidamente um traficante de ópio, Akhundzada é apontado pelo próprio Presidente Karzai para se tornar governador da província de Helmand, a principal produtora de ópio no país. Sobre a visão que os britânicos tinham de Akhundzada, Fairweather relata que,

“Ele era amplamente visto como violento e corrupto, tendo descaradamente empoderado a sua tribo enquanto exercia retribuições sobre aqueles que se opuseram à eles. Sua milícia privada era notória saquear vilarejos que resistiam ao seu domínio ou que se recusassem a cultivar ópio para o seu cartel” (Fairweather, 2014).

A embaixadora do Reino Unido no Afeganistão, Rosalind Marsden, tinha fortes convicções de que Akhundzada exercia controle de grande parte do comércio de ópio fora de regiões controladas pelo Neo-Talibã em Helmand. De fato, muitos diplomatas em Cabul viam a nomeação de Akhundzada para o posto de governador da província como uma estratégia da família Karzai de expandir seus negócios no ramo da droga. Em seu relatório de conclusão enviado ao MI6, Marsden afirma que o tráfico de drogas havia claramente corrompido a província e estava facilitando o retorno neo-talibã (Fairweather, 2014).

A ligação indireta de Hamid Karzai com as drogas dava-se especialmente através de seu irmão Ahmed Wali Karzai, que era um bom exemplo de senhor da guerra profundamente envolvido com as drogas e que ainda sim estava na folha de pagamento da CIA para fornecer inteligência aos norte-americanos. No ano de 2005, o reeleito Presidente Karzai atinge o auge de seu poder, focando sua atenção na gestão política do país e em fortalecer sua rede de apoio, expandindo assim seus interesses pessoais. Sobre Karzai, o então embaixador dos Estados Unidos no Afeganistão, Karl Eikenberry, escreveu em um documento secreto que foi vazado ao periódico *The New York Times* que,

“O Presidente Karzai não é um parceiro estratégico adequado. A estratégia de contrainsurgência proposta supõe uma liderança política afegã que é capaz de assumir responsabilidades e de exercer soberania no avanço do nosso objetivo: um Afeganistão seguro, pacífico, minimamente auto suficiente e endurecido contra grupos terroristas internacionais. Ainda sim, Karzai continua evitando responsabilidades por qualquer fardo soberano, seja defesa, governança ou desenvolvimento” (Eikenberry, 2010).

A promoção de uma corrupção enraizada nas instituições estatais afegãs é, assim, uma das consequências de uma indústria do ópio forte. A participação do alto escalão afegão com o narcotráfico era tamanha que Peters conclui que

“Lutar contra a corrupção e o envolvimento de oficiais no tráfico de drogas no Afeganistão é um desafio tão crucial para reconstruir o país quanto derrotar o Talibã. A razão central para que a insurgência esteja florescendo é o fracasso do regime de Cabul e da comunidade internacional em estabelecer uma boa governança no Afeganistão” (Peters, 2009).

A corrupção, além de afetar até mesmo setores legais da economia afegã, acaba por

afetar a eficácia do Estado e a confiança da população em instituições estatais. Não à toa, a governança no Afeganistão continuou fraca, com uma larga escala de abusos de poder e usurpação de recursos públicos. E isso, sem dúvida, proporciona ainda mais capital político ao Neo-Talibã. A população afegã estava, cada vez mais, alienada à política do país, vendo o governo central como uma elite política que frequentemente abusava de seu poder, corrompia as instituições públicas, não demonstrava o desejo de prover necessidades básicas aos afegãos e saía de cena sempre impune (Felbab-Brown, 2020).

Desta maneira, mesmo que senhores da guerra busquem enfrentar o Neo-Talibã para expandir seus negócios com o ópio, as consequências do comportamento corrupto, abusivo e criminoso, especialmente com a população local, levam a um aumento da popularidade do Neo-Talibã entre a população. A droga é duplamente favorável à luta neo-talibã: mesmo que o grupo perca território, plantações e, com isso, financiamento direto para a sua luta armada, ele passa a ganhar um importante capital político com descontentamento popular para com o governo afegão e seus aliados (incluindo forças ocidentais) e com o apoio político dessas camadas.

O *nexus* crime-terror promove a evolução e o fortalecimento dos seus atores, tanto o crime organizado quanto grupos terroristas. Essa promoção, no entanto, não é resultado somente da interação direta entre esses atores. O fortalecimento de grupos terroristas, por exemplo, pode vir também através das consequências do fortalecimento do tráfico de drogas e do crime organizado. Quando a evolução de um dos atores extrapola a lógica no *nexus* crime-terror (como é o caso do tráfico de drogas que acaba afetando todos os aspectos da vida afegã) as consequências (a promoção de uma corrupção desenfreada que leva à uma deslegitimação da figura do poder público no país, assim como uma qualidade baixíssima de governança) impactam o outro ator (o Neo-Talibã), contribuindo igualmente para o seu fortalecimento. Desta forma, o ópio não é somente uma linha direta de financiamento aos inimigos dos EUA. O *nexus* crime-terror permite com que o ópio fortaleça o Neo-Talibã ao enfraquecer estruturas essenciais para o combate ao grupo. É por isso que somente o conhecimento sobre a existência desse *nexus* não é suficiente para combatê-lo. Pelo contrário, a falta de um entendimento profundo sobre as dinâmicas de interação dos atores do *nexus*, assim como as consequências do fortalecimento de cada um desses atores, pode levar a um olhar míope sobre o problema. Esse olhar míope faz com que os EUA não dêem a devida importância para o papel das drogas na guerra, despriorizando assim o seu combate.

2 - A falta de uma priorização contínua e suas consequências

Internacionalmente e historicamente falando, as políticas de combate às drogas são direcionadas ao lado da oferta, como milhares de dólares sendo gastos em erradicação de plantações, apreensões e prisões. Apesar de ter implicações para a segurança internacional, o crescimento da economia da droga continuou uma questão vista como de low politics. Com os atentados de 11 de setembro, observa-se uma mudança gradual nessa perspectiva. Percebendo os links existentes entre grupos terroristas e crime organizado, as medidas de contra terrorismo passaram a englobar por sua vez, medidas de combate ao narcotráfico, com agências de ambos os escopos se aproximando e cooperando cada vez mais entre si. Esse contexto eleva a questão das drogas a uma discussão de segurança internacional. Mas é justamente na falta de priorização contínua de guerra contra as drogas que os Estados Unidos condenam a uma frustração antecipada qualquer expectativa de resultados duradouros no Afeganistão. Como elucida Emma Bjornehed,

“Apesar de poder ser visto e usado como um esforço cooperativo contra ambas as ameaças, o fato é que quando a ajuda antidrogas pode ser convertida em medidas de contraterrorismo, à guerra ao terror lhe é permitido usar recursos da guerra às drogas e não vice-versa. Também, [...] os esforços cooperativos em combater o narcoterrorismo combinando recursos materiais e humanos entre agências mostra que o contingente é normalmente retirado de agências antidrogas e incorporado em agências e unidades antiterrorismo” (Bjornehed, 2004).

Isso acontece porque, na hierarquia securitária, a guerra ao terror ainda é entendida como prioritária sobre a guerra às drogas. Por esse entendimento, a “guerra ao terror de certa forma prejudica a guerra às drogas” (Bjornehed, 2004).

2.1. A trajetória da guerra às drogas

Ao analisar a intervenção dos Estados Unidos no território afegão, Schadlow (2017) enumera três frentes de ação adotadas pelas tropas norte-americanas. São estabelecidas três linhas de força que estariam relacionadas a operações de governança no Afeganistão, que eram a política, secundária e de reconstrução. De acordo com o autor,

“Todas estavam desconectadas, sobrepostas e fragmentadas entre muitos Estados e atores internacionais. Negociações políticas para reconstruir o sistema político afegão, principalmente através do Processo de Bonn, constituíram a primeira linha de força. As operações securitárias constituíram a segunda linha de força. Essas operações securitárias lideradas pelos militares vacilavam entre medidas de contraterrorismo e esforços mais amplos de estabilização” (Schadlow, 2017).

Os esforços mencionados por Schadlow (2017) abrangiam principalmente o apoio a projetos desenvolvidos para ganhar a confiança do povo afegão e diminuir o apoio popular ao Neo-Talibã. Nessa segunda “linha de força” constituída por operações securitárias, o combate

às drogas não era entendido como uma frente de atuação paralela ao contraterrorismo. Pelo contrário, medidas contra o narcotráfico eram vistas meramente como uma parte integrante do esforço de contraterrorismo. A autora Emma Bjornehed (2004) acrescenta que,

“O foco na guerra ao terror sobre a guerra às drogas também é visível no Afeganistão, que é onde, em momento e lugar, as duas guerras realmente são próximas em relação à localização de origem das duas ameaças [...]. Não somente a priorização da guerra ao terror sobre a guerra às drogas prejudica os esforços antidrogas como um todo, ela leva a esforços enviesados na luta contra o narcoterrorismo devido ao redirecionamento de recursos” (Bjornehed, 2004).

Esse último ponto trazido pela autora, sobre o redirecionamento de recursos, é importante pois é um resultado direto da falta de uma priorização contínua da guerra às drogas no Afeganistão. Como conclui Jack Fairweather (2014), “Em nenhum lugar as ambições ocidentais para o Afeganistão estavam mais desconectadas da realidade do que no tópico do ópio”.

Essa visão resultaria em uma postura de recusa, por parte dos Estados Unidos, em endereçar a questão da produção e do tráfico de drogas no Afeganistão, especialmente entre 2001 e 2004. A tarefa ficou a cargo dos britânicos, que se voluntariaram para enfrentar o problema, já que o primeiro ministro Tony Blair via com bons olhos a oportunidade de conectar seus esforços no Afeganistão com a guerra interna britânica contra as drogas. Para tal responsabilidade, foi designado o representante especial para assuntos ligados à narcóticos do Reino Unido, Michael Ryder (Fairweather, 2014). O trabalho de Ryder é interessante para destacar a incapacidade inicial de desenvolver uma estratégia realista e de impacto sem os recursos dos desinteressados norte-americanos. Com um orçamento de 125 milhões de dólares para o combate às drogas no Afeganistão, definido após a reunião do G8 em abril de 2002, o time de Ryder precisaria de uma quantidade adicional de recursos que somente os EUA poderiam oferecer. Por isso,

“Parte do problema de Ryder era que os americanos, que tinham mais recursos que os britânicos para lançar contra o cultivo de ópio no Afeganistão, haviam vindo fortemente em favor de não fazer nada. O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld havia decidido, no início da campanha de bombardeios, que os militares dos EUA ficariam fora da guerra às drogas do Afeganistão” (Fairweather, 2014).

A equipe britânica liderada por Ryder, sem os recursos que queria, traçaram um plano de dez anos para combater as drogas no Afeganistão ao focar na revitalização da agricultura do país, citando medidas como a introdução de cultivos alternativos e sem mencionar em nenhum momento a erradicação dos campos de papoula. Apesar de atrativo no papel, Ryder sabia que “a produção de ópio não pode ser combatida reparando o lado da oferta [...] é sobre a demanda” (Fairweather, 2014). Essa visão é reforçada por Felbab-Brown

(2020) ao afirmar que

“De fato, nenhuma medida de supressão do lado da oferta, seja erradicação, interdição, ou alternativas de subsistência, já foi efetiva e duradoura em algum lugar do mundo em um contexto de uma guerra em andamento” (Felbab-Brown, 2020).

Além da dificuldade em angariar recursos e da descrença inicial, o time de Ryder ainda viu a inteligência britânica reivindicar metade de seu orçamento em nome de seu próprio programa de combate às drogas. Esse programa promovido pela inteligência britânica seria pautado, principalmente, em pagar senhores da guerra locais para que levassem a cabo iniciativas de erradicação de plantações de ópio no Afeganistão. Ficou claro no início que a estratégia não fazia sentido algum. Chamada de erradicação por compensação, a estratégia previa o pagamento de 350 dólares americanos para cada unidade de área (chamadas de jerib) erradicada. Em primeiro lugar, esses senhores da guerra que recebiam pagamentos para destruírem plantações podiam, simplesmente, não destruí-las, lucrando com os britânicos enquanto mantinham intacta sua fonte de renda com o tráfico. Tudo isso porque, de fato, o terreno e a falta de recursos impossibilitava uma supervisão séria do programa. Muitos deles passaram a cobrar propinas para agricultores para que não destruíssem suas produções, agravando ainda mais as situações precárias vividas por esses fazendeiros. Quando muito, essa política de pagamentos meramente incentivava esses senhores da guerra a promoverem um aumento na produção para que ganhassem mais pagamentos dos ingleses (Fairweather, 2014).

Essa relação que as forças ocidentais mantiveram com esses chamados senhores da guerra também é muito interessante para a nossa análise, como já mencionada anteriormente neste capítulo. Ao mesmo tempo que eram vistos como importantes peças para a estabilização regional e intermediadores em um contexto social e político complexo, onde etnias e clãs são um importante fator, esses mesmos indivíduos eram violentos, criminosos e corruptos, profundamente envolvidos com o tráfico de drogas, liderando milícias que extorquiam e aterrorizavam populações locais e lucrando impunemente de suas atividades. Ao investigar esses senhores da guerra, os britânicos perceberam que muitos eram informantes da agência norte-americana CIA ou da paquistanesa ISI, tornando-os, de certa forma, intocáveis. Mesmo quando conseguiam prender ou afastar algum oficial corrupto de alto escalão ou um senhor da guerra de grande poder e influência local, as coisas pareciam ficar piores. Isso porque retirar essas peças do jogo significava não somente afetar a frágil estabilidade de uma determinada região, mas também a criação de um vácuo de poder que era rapidamente preenchida pelo neo-talibã com apoio desses mesmos indivíduos perseguidos, que se afastavam das forças

ocidentais e do governo central em Cabul. Se era verdade que esses barões da droga, com seu poder e recursos, blindavam suas produções de ópio e promoviam assim a manutenção de uma economia ilegal que alimentava a corrupção e a má governança, seria igualmente verdade que eles impediam que a insurgência do neo-talibã ganhasse força.

Com uma perseguição aos grandes barões da droga limitada, os britânicos decidiram, a partir de 2002, continuar levando a cabo a sua estratégia de erradicação. Mesmo delegando atividades de erradicação aos governadores das regiões do país, os resultados foram novamente desastrosos. Enquanto alguns governadores destruíam algumas partes das plantações afirmando terem feito o serviço completo, outros governadores focaram seus esforços de erradicação de plantações de tribos rivais às suas. A estratégia da

“Erradicação, assim, acentuou divisões tribais, dando acesso favorecido às riquezas do ópio enquanto destrói a subsistência de outros. As unidades de erradicação em larga escala na província de Nangarhar em 2005, [...] levaram à expulsão de milhares de fazendeiros de suas terras e os forçaram a procurar trabalho semeando papoulas em outras regiões do Afeganistão, inadvertidamente impulsionando a colheita lá. (Fairweather, 2014).

Não é coincidência que, ao promover essa erradicação em larga escala em Nangarhar em 2005, a produção do ano seguinte na região de Helmand aumentou significativamente. É nesse cenário também que surgiram muitos relatos de agricultores vendendo filhas menores de idade ao perderem suas plantações. No final, grandes barões da droga acabavam por pagar propinas às equipes de erradicação e escapavam ilesos, enquanto os agricultores mais pobres e mais suscetíveis à influência neo-talibã viam seus campos serem destruídos sem receberem nada em troca.

É importante frisar que a partir do momento que os senhores da guerra tornam-se intocáveis para o combate às drogas, a estratégia desse combate transforma-se em uma estratégia seletiva. É nesse momento que as forças ocidentais se limitam a travar uma guerra contra “certas drogas”, provenientes de certos grupos e regiões, ao invés de um combate total. Essa decisão de focar-se no combate a alguns, favorecendo outros, não permite que a coalizão liderada pelos EUA lute contra a corrupção e a má governança no seio das instituições governamentais afegãs. O resultado disso é a possibilidade aproveitada pelo Neo-Talibã de capitalizar a insatisfação de grandes partes das populações rurais em apoio político. Desta forma, uma estratégia seletiva de combate às drogas não foi o elemento fomentador da corrupção no governo afegão, mas foi essencial para a sua manutenção. Ao criar-se favorecidos e intocáveis, criou-se também desfavorecidos e descontentes.

A postura de total desinteresse norte-americano na política antidrogas no Afeganistão

começa a mudar no fim de 2004. Retomando a mesma citação de Fairweather utilizada anteriormente neste capítulo,

“O que estava mudando no cálculo da administração Bush era a aparente conexão entre o crescimento do comércio de drogas e o aumento dos ataques contra forças ocidentais e a polícia afegã, que sugeria que o talibã estava se beneficiando do negócio. Essa abordagem erroneamente destacava uma linha do comércio de ópio e perdia o ponto chave de que o dinheiro do ópio toca todos os aspectos da vida afegã” (Fairweather, 2014).

Enquanto uma ala da Casa Branca, entre eles o Secretário de Estado Colin Powell, queria investir profundamente na erradicação das plantações, outra ala, liderada por pelo Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, acreditava que o envolvimento na guerra às drogas iria comprometer importantes recursos da luta contra a Al Qaida e o Neo-Talibã. O Presidente Bush por fim decidiu pela erradicação por spray, que seria conduzida por uma companhia privada de segurança chamada DynCorp. Após ressalvas do governo afegão e do Reino Unido, decidiu-se pela incorporação da DynCorp aos esforços de erradicação manual promovida pelos britânicos. Em teoria, as forças armadas iriam fornecer proteção para que a DynCorp e a polícia afegã levassem a cabo a destruição dos campos de papoula. Ambas as forças armadas tanto dos EUA quanto do Reino Unido se recusaram, em grande parte, a cooperar nesse esforço. O resultado foi o fracasso da operação, que é visto com alívio por Fairweather:

“A política contra narcóticos dos Estados Unidos quase certamente teria causado mais dano ao povo afegão e à causa ocidental não tivesse ela falhado em levantar vôo” (Fairweather, 2014).

Ainda sim a DynCorp continuaria treinando forças afegãs para realizarem erradicações manualmente até 2009. Os efeitos da política de erradicação foram todos negativos. Em primeiro lugar, forneceu ao Neo-Talibã capital humano ao levar refugiados econômicos desesperados para as mãos do grupo. Em segundo lugar, grande parte da população local se afastou das forças ocidentais e do governo afegão por destruírem sua fonte de subsistência ou acabarem com seus empregos. Em terceiro, devido a esse afastamento e à disposição do Neo-Talibã de fornecer proteção às plantações, o fluxo de informações vindo dessa parcela da população muda para alimentar a inteligência neo-talibã. Em quarto, essa política significou uma ferramenta eficaz para que indivíduos próximos ao governo afegão ou às agências de inteligência ocidentais pudessem eles mesmo se beneficiarem, eliminando rivais, alterando níveis de produção e provocando flutuações no preço da droga. Por fim, a erradicação não passou perto de afetar os cofres neo-talibãs (Felbab-Brown, 2020).

Com a chegada da administração do Presidente Barack Obama em 2009, a ineficácia

da política de combate às drogas adotada até então é reconhecida e essa política é descontinuada. Os EUA passam a ter sua estratégia de combate ao narcotráfico ancorada em dois pilares: interdição de traficantes ligados ao Neo-Talibã e o desenvolvimento rural. Ainda sim,

“O impacto no fluxo de recursos do Talibã nunca foi mais que local e temporário. Devido, [...] à adaptabilidade da economia da droga e o persistente acesso do Talibã à ela, a interdição nunca mudou a imagem do campo de batalha estratégico” (Felbab-Brown, 2020).

Além de não causar impactos significativos, a política de interdições possuía alguns efeitos colaterais negativos. Entre eles estava o fato de que, assim como esforços anteriores, a estratégia incentivava barões da droga a se aproximarem do governo afegão. Apesar de significar o afastamento desses indivíduos do lado do Neo-Talibã, significava também o enraizamento da economia da droga nas instituições e cargos públicos do Afeganistão, reforçando a corrupção e com ela a má governança do país, que como um ciclo vicioso, alimentava o apelo do Neo-Talibã para com a população afegã.

A chegada da administração Trump leva à uma campanha de interdição aérea, buscando bombardear depósitos de ópio e laboratórios de refinamento da droga, especialmente os que teriam laços com o grupo insurgente. Similarmente à sua antecessora, a estratégia é incapaz de causar impactos significativos no financiamento do Neo-Talibã, justamente pela adaptabilidade da economia da droga e do amplo acesso do grupo à ela. Por outro lado, uma campanha de bombardeios aéreos significava maiores riscos de perdas civis, contribuindo para o crescimento de um sentimento antiocidental na sociedade rural afegã.

Observa-se assim, uma constante mudança nas estratégias de combate ao narcotráfico no Afeganistão. Variando entre diferentes atores envolvidos, níveis de recursos investidos e táticas empregadas, conclui-se que nunca houve uma estratégia única ou ao menos que servisse de base para iniciativas futuras para o combate às drogas. Mas qual é o elemento central que está presente em todos os momentos de mudança?

2.2. Métricas e o olhar a curto prazo.

Ao analisar a falta de priorização contínua do combate às drogas no Afeganistão, David Mansfield (2016), traz uma dimensão interessante. Segundo o autor, durante todo o curso da guerra, a eficácia do combate às drogas foi mensurada a partir de uma métrica em particular: o nível da produção nacional de ópio. Dessa forma, a redução dos níveis de cultivo do ópio em uma província, por exemplo, significava a boa liderança do seu governador e das tropas militares internacionais naquela província. Com níveis mais baixos, os recursos

destinados às drogas poderiam ser redirecionados a pautas que voltavam a ser mais importantes. Por outro lado, se o cultivo nessa mesma província aumentasse no ano seguinte, a conclusão natural era que o esforço de combate ao narcotráfico precisava de novos rumos estratégicos, passando assim a ganhar uma relevância maior. Como afirma Mansfield (2016),

“O sinal de mercado que tipicamente levava as medidas contra narcóticos a subir na lista de prioridade era o aumento no nível de cultivo. O aumento nessa métrica, geralmente acompanhada por uma narrativa de fracasso no projeto de statebuilding no Afeganistão criou uma pressão política para responder, e para responder rapidamente com esforços que pudessem levar a uma redução dramática na produção de ópio, quase independentemente se essas reduções iriam perdurar” (Mansfield, 2016).

Desta forma, adiciona-se uma componente importante na análise da estratégia de combate às drogas no Afeganistão: A priorização desse combate, ou a falta dela, nunca foi contínua por pautar-se em métricas (especialmente o nível de produção de ópio) de curto prazo. Quando essa métrica evoluía positivamente aos olhos das forças ocidentais e afegãs, sua atenção e recursos eram rapidamente redirecionados à outros problemas com indicadores em situações consideradas mais críticas.

Essa lógica de curto prazo conseqüentemente se via presente nas políticas de desenvolvimento nas áreas rurais levadas a cabo pela comunidade internacional. As políticas de desenvolvimento nessas áreas rurais buscavam resultados rápidos, que justificassem a manutenção de seu orçamento e que impedissem que ainda mais recursos fossem destinados à guerra ao terror. Desta forma, esses projetos não endereçavam deficiências estruturais da economia rural afegã, incluindo fatores de incentivo à produção do ópio. Projetos que tinham o objetivo de gerar empregos e apresentar, portanto, alternativas de subsistência à população local duravam semanas, quando muito meses. Não sendo sustentável à longo prazo, afegãos voltavam a recorrer invariavelmente à economia ilegal do ópio. Sobre esse ponto, Mansfield (2016) adiciona que,

“Tipicamente, o engajamento de organizações de desenvolvimento era de curto prazo e desvanecia quando o cultivo diminuía. Mais além, o seu interesse não levava à um entendimento mais profundo o papel multifuncional do ópio na vida e na subsistência dos agricultores; nem fomentava uma mudança para uma resposta de desenvolvimento de médio ou longo prazo desenhada para endereçar as causas do cultivo” (Mansfield, 2016).

Mais do que o impacto negativo nos projetos em si, essa lógica de curto prazo afeta a interação entre os atores envolvidos. Isso porque essa constante oscilação no grau de priorização do combate às drogas dificultava o alinhamento contínuo dos diversos atores institucionais, alinhamento esse que contribuía para a evolução positiva desta métrica em primeiro lugar. Assim,

“A priorização do combate às drogas aumentou ou diminuiu dependendo dos níveis de cultivo. Isso mostra como as instituições contra-narcóticas como a UNODC tentou moldar o debate político e construir coalizões através da comunidade internacional em apoio aos esforços para reduzir níveis de cultivo. Isso mostra o quão temporárias essas coalizões são, inibidas por ambos o processo político que muda rapidamente de uma métrica problemática à outra, e instituições internacionais que possuem diferentes mandatos e entendimentos das causas e consequências da produção de ópio” (Mansfield, 2016).

Uma priorização periódica, desta forma, não mostra-se suficiente para resultados duradouros, especialmente levando em conta a dimensão de trabalho em conjunto de diversas organizações e atores. Organizações e atores estes que possuem seus próprios mandatos e objetivos, podendo ser compelidos a participarem na luta contra as drogas por vantagens de curto prazo (Mansfield, 2016). Mesmo quando observa-se uma prioridade maior do combate às drogas, essas organizações apresentam imensas dificuldades em trabalhar em conjunto de forma eficiente. Por exemplo, ao analisar e comparar as estratégias do Departamento de Defesa dos EUA (DoD) e da Drug Enforcement Administration (DEA) durante a guerra, Anthony Armiger II (2015) conclui que ambas as agências não tiveram sucesso em coordenar seu trabalho por apresentarem diferentes interesses, opiniões, *modus operandi* e rotinas. Segundo Armiger II,

“Ao focar nas estratégias de combate aos narcóticos do DoD e da DEA, outra ‘guerra’ no Afeganistão torna-se evidente. Desde o começo da guerra liderada pelos EUA, ambas as agências governamentais têm lutado para manter sua própria legitimidade organizacional ao tentar preencher seus próprios objetivos organizacionais” (Armiger II, 2015).

São diversos atores, com diferentes interesses, visões e propostas, e por se tratar de um tema que não foi devidamente estudado, analisado e priorizado por suas lideranças, abre espaço para escopos de atuação que se sobreponham e eram, muitas vezes, contraditórios.

Neste capítulo analisou-se em primeiro a importância que o ópio tem para a manutenção do esforço neo-talibã e também a dimensão da economia da droga no país, afetando todos os âmbitos da vida afegã. O tamanho e o peso dessa economia fez com que, desde o primeiro momento de intervenção no Afeganistão, as forças ocidentais (nomeadamente o Reino Unido) desenvolvessem estratégias de combate às drogas. A coalizão liderada pelos EUA, portanto, reconhece a existência dessa economia ilegal e de certa forma, sua presença no *nexus* crime-terror afegão. No entanto, a análise sobre o *nexus*, seus componentes e dinâmicas de interação é feita de forma errônea pelas forças norte-americanas. Ao focar nas interações diretas que o Neo-Talibã e a indústria da droga possuem, os EUA e seus aliados ignoram os impactos diretos que o ópio possui em atores externos a esse *nexus*, assim como as consequências desses impactos para o próprio Neo-Talibã. O que ilustra isso é

o desenvolvimento de estratégias pontuais para o combate às drogas, pautando-se em métricas superficiais e de curto prazo para avaliar o avanço nessa frente de atuação. Com essa lógica, tornou-se impossível uma priorização contínua ao longo da guerra, que traria resultados duradouros contra o narcotráfico.

Resumindo, ocorre um erro de análise do *nexus* crime-terror afegão pela coalizão liderada pelos EUA. Ignora-se aqui os impactos diretos e indiretos que o *nexus* causa, respectivamente, em elementos externos e nos seus atores internos. Ao ignorar as complexidades presentes no *nexus* afegão, os EUA desenvolvem uma visão míope do tópico e passam a focar seus esforços em cortar a principal fonte de financiamento do seu inimigo. A simplificação do problema faz com que métricas e estratégias de curto prazo sejam consideradas suficientes para a sua resolução. Como resultado, o combate às drogas nunca foi visto como um elemento a ser priorizado continuamente, oscilando na escala de importância dada às percepções de evolução dos esforços empregados na luta contra o narcotráfico. Essa abordagem, além de levar ao fracasso de seu objetivo primário de retirar do Neo-Talibã sua principal fonte de renda, garantiu que os EUA não combatessem a instabilidade política, as deficiências econômicas e estruturais, especialmente na região rural do Afeganistão, e a corrupção no seio do governo afegão. A coalizão assim combate o financiamento do Neo-Talibã a um custo imensurável: a perda de capital político. Como conclui Felbab-Brown (2020), o equilíbrio frágil entre (1) desenvolvimento a longo-prazo, (2) a necessidade de gerar apoio da população e aliviar dificuldades econômicas à curto-prazo e (3) state-building nunca foi e nem poderia ser atingido a partir dessa leitura equivocada sobre as complexidades do *nexus* crime-terror afegão e conseqüentemente a falta de priorização contínua por parte dos EUA na luta contra o tráfico de drogas.

Conclusão

Com o fim da Guerra Fria e o aceleração do fenômeno da globalização, as relações de grupos terroristas e o crime organizado se estreitam cada vez mais (Makarenko, 2005). Essa relação, pelo seu caráter fluido, complexo e novo, passa a ser vítima de concepções e análises errôneas. Muitas vezes, partindo de visões superficiais sobre o tema, entende-se que a interação entre crime organizado e grupos terroristas se dá simplesmente por financiamento ou ganhos de curto prazo, uma vez que se observa a aproximação entre os dois atores principais desse *nexus* crime-terror, decorrente do fim do financiamento estatal para atividades de grupos políticos que utilizavam-se de métodos terroristas para alcançarem seus objetivos. Em outros momentos, o *nexus* é visto como a interação na qual esses atores tornam-se sinônimos. Ilustra-se assim a falta de produção acadêmica e estudos sobre o tema. Consequentemente, o *nexus* crime-terror torna-se um objeto de difícil compreensão, tanto da sua concepção quanto da sua dinâmica de interação e os impactos que essas interações causam em atores internos e externos à ele.

Por este motivo, julgou-se imprescindível dedicar o primeiro capítulo deste trabalho à definir corretamente os objetos de estudo, sendo eles ambos os protagonistas do *nexus* (crime organizado e terrorismo) e o próprio *nexus* em si. Os estudos desses conceitos são importantíssimo para entender como os fenômenos do terrorismo e do tráfico de drogas inevitavelmente se cruzam e interagem entre si. A partir de sua ideia de hibridização, Gayraud (2017) ilustra, por exemplo, como entidades do crime organizado possuem intrinsecamente um forte elemento político e social em seu tecido. Essa ideia sustenta a lógica de que a existência de um *nexus*, por menor e mais fraco que ele possa ser, é inevitável.

Mais além, ao analisar os atores protagonistas desse *nexus*, encontra-se, tanto no meio acadêmico quanto na formulação de políticas, uma atenção muito maior dedicada ao terrorismo, em detrimento do crime organizado (Schmidt, 2018; Bjornehed, 2004). A compreensão das dinâmicas de interação no interior do *nexus* crime-terror e suas consequências tornam-se um desafio crescente à medida que ainda falta um olhar mais profundo sobre o crime organizado. Por esse motivo, foram escolhidas duas ferramentas de análise neste trabalho: o continuum crime-terror de Makarenko e o modelo de hibridização de Gayraud. A primeira ferramenta, o continuum de Makarenko é útil justamente pela sua

lógica de “continuum”, que permite com que, ao se analisar uma ameaça, seja possível determinar seu estado passado, sua evolução atual e possibilidades futuras. Outro aspecto interessante presente nesta ferramenta é que sua análise não se limita a estabelecer o estado da interação dos atores do *nexus*, mas também discorre sobre como essas interações se traduzem em ameaças à segurança internacional. Adiciona-se à ela, uma ferramenta complementar com o modelo da hibridização de Gayraud. Baseado no continuum de Makarenko, Jean-François Gayraud desenvolve um modelo onde a dimensão geográfica compartilhada entre os atores do *nexus* é levada em conta. O modelo da hibridização não adota a mesma linha evolutiva e de estudo das consequências das interação, como faz o continuum de Makarenko. Seu foco está em analisar as dinâmicas de interação em si, através de uma contextualização histórica e geográfica.

Com essas duas ferramentas, foi-se capaz de analisar os diferentes estágios de interação, assim como a evolução dessas dinâmicas entre o tráfico de drogas e o Talibã, assim como o Neo Talibã. Essa análise se deu em 2 partes, referentes a dois capítulos distintos. Ao longo do segundo capítulo, ao acompanhar a trajetória do grupo Talibã ao poder no Afeganistão, destaca-se o seu papel inicial como facilitador do *nexus*, sem ser caracterizado como um dos atores principais do fenômeno. Essa análise ilustra muito bem a fluidez e complexidade do *nexus* crime-terror: o fenômeno não é composto somente por seus atores principais, com interações diretas e consequências com impacto limitado. Pelo contrário, o *nexus* torna-se o berço de um emaranhado complexo de interações e o Talibã configura-se, no intervalo entre a sua ascensão até a invasão liderada pelos EUA, como um importante intermediário e facilitador desta relação entre grupos terroristas e a indústria da droga. No único momento em que o Talibã recorre ao combate à droga, como uma saída para um reposicionamento no cenário internacional, o grupo aprende uma lição que seria importantíssima no futuro: não deve-se combater as drogas se isso significar perda de capital político no Afeganistão. A compreensão da situação no país anterior à intervenção da coalizão norte-americana é primordial para a reflexão desenvolvida em seguida.

Buscou-se verificar quais foram os papéis da existência do *nexus* crime-terror, assim como da falta de um conhecimento profundo sobre o fenômeno no Afeganistão, no fracasso dos EUA e aliados em impedir que o país continuasse a ser um paraíso para grupos terroristas. Para isso foi importante analisar a transformação do Talibã no Neo-Talibã. Com as novas características do grupo delimitadas, olhou-se para o seu novo posicionamento no *nexus* afegão. O grupo sai de um papel de intermediário e passa a ser

um dos atores do *nexus*, interagindo direta e indiretamente com indústria do ópio. Mostrou-se, de forma clara, que essa interação possui consequências diretas e indiretas para os atores do *nexus*, que acabam se reforçando mutuamente. Desta forma, analisando o Afeganistão a partir do momento que a intervenção liderada pelos EUA tem início, conclui-se que: em primeiro lugar, existe um forte *nexus* crime-terror presente no país, e em segundo lugar que as interações no interior desse *nexus* causam impactos em todos os aspectos da vida afegã, minando os esforços de desenvolver uma boa governança no país e consequentemente fortalecendo o Neo-Talibã e a indústria da droga.

Com isto em mente, partiu-se para uma análise das estratégias desenvolvidas, nomeadamente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, para chegar-se a um entendimento de como o *nexus* crime-terror foi percebido por esses países. Fica óbvio que a existência do *nexus* é percebida. Por outro lado, fica igualmente óbvio que a complexidade das dinâmicas de interação dos atores do *nexus* e suas reverberações para elementos localizados fora do *nexus* não é plenamente compreendida. Isso porque, na hierarquia da segurança internacional, as políticas de combate às drogas ainda são despriorizadas em favor do combate ao terrorismo.

Esta compreensão errônea é traduzida em uma análise simplista da interação dos atores do *nexus*, onde a indústria da droga é vista meramente como um importante financiador das atividades neo-talibãs. O resultado é a adoção de uma visão e de métricas de sucesso de curto prazo, o que impossibilita uma priorização contínua do combate às drogas no país. Essa visão a curto prazo materializa-se em estratégias limitadas e seletivas de combate às drogas, que não se sustentavam no médio prazo e que acabavam por beneficiar alguns e prejudicar outros. Ao final, não só os EUA e seus aliados falham em cortar o vital financiamento do Neo-Talibã, mas acabam por perder capital político para o grupo ao enfraquecer seu apoio político entre a população rural e ao não combater a corrupção no seio do governo afegão.

O trabalho realizado não é suficiente para culminar, no seu momento de conclusão, em uma ou mais recomendações concretas para estratégias alternativas que poderiam ter mudado o curso da guerra. No entanto, a análise feita neste trabalho proporciona inúmeros pilares sobre os quais essas possíveis estratégias alternativas deveriam de apoiar. O primeiro pilar é o entendimento de que as drogas deveriam, de fato, ser combatidas. Ao longo da intervenção no Afeganistão, fica claro que as drogas cumpriam um essencial papel de financiamento às atividades neo-talibãs. Após a análise

deste trabalho, torna-se igualmente claro que a simples existência do *nexus*, ou seja a existência de uma interação entre a indústria da droga e o Neo-Talibã, fortalecia ambos os lados. Uma estratégia de sucesso deveria englobar, inevitavelmente, o combate ao narcotráfico. Esse combate deveria ser priorizado continuamente, como argumentado por Mansfield (2016), caracterizando assim o segundo pilar imprescindível para a estratégia. A priorização ao lidar com a questão das drogas não está somente nas ações práticas de investigação no terreno e prisões, mas no próprio estudo do fenômeno e de como promover um “desenvolvimento de médio ou longo prazo para endereçar as causas do cultivo”.

Se o narcotráfico deve ser combatido, e priorizado continuamente, este trabalho mostrou também que esse combate deve ser feito sem perder capital político para o inimigo. Em dois momentos distintos, promovido por dois atores diferentes, o combate às drogas levou à perda do apoio político da parcela rural da população afegã. Em 2000, decretada pelo governo talibã, a proibição total da produção de ópio no Afeganistão mostrava-se insustentável pela falta de medidas econômicas de alívio de curto prazo. Já o combate às drogas promovido após a intervenção de 2001 era pautado em uma seletividade que fomentava a corrupção, a má governança e conseqüentemente a oposição popular. Sobre esse ponto, Hayder Mili (2006) argumenta que seria importante dedicar esforços para impedir a transformação do ópio em heroína ainda no território afegão, causando um impacto de curto prazo nos traficantes e mitigando os impactos nos agricultores. O autor afirma que,

“A cadeia de produção, que vai do agricultor ao consumidor de heroína deve obrigatoriamente passar pela etapa de substâncias precursoras, principalmente o anidrido acético, ingredientes reativos indispensáveis no processo de transformação da morfina em heroína. Contudo, o Afeganistão não os produz e deve então importá-los em grandes quantidades. De acordo com as Nações Unidas, 72% do ópio produzido no Afeganistão é transformado em heroína localmente, o que demanda mais de dez mil toneladas de precursores químicos, dos quais mil toneladas de anidrido acético [...]. Desde 2001, nenhuma apreensão importante desse produto foi sinalizada na Ásia Central, no Paquistão ou no Irã. Segundo os relatórios do JIFE (Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes), os precursores são provenientes essencialmente da Rússia, Índia e China (os mais importantes produtores), por países da Ásia Central ou do Paquistão” (Mili, 2006).

Desta forma, se a coalizão liderada pelos EUA desejava traçar uma linha de ação vitoriosa no Afeganistão, isso passava por definir uma estratégia de priorização a longo prazo do combate às drogas, evitando perder apoio das populações rurais por mitigar os impactos com medidas econômicas de curto prazo e focando o seu esforço em atacar (1) a produção local da heroína, (2) a corrupção no seio do governo afegão e (3) os traficantes de droga. É evidente que, para chegar-se em uma estratégia que abranja todos esses pontos,

são necessários uma grande quantidade de recursos e paciência. O resultado desastroso da intervenção no Afeganistão ilustra perfeitamente o fato de que não se pode atingir resultados duradouros a partir de uma visão imediatista. Os EUA pareciam dispostos a promover uma “guerra ao terror” sem estarem dispostos a lidarem com todos os aspectos ligados à caçada ao seu inimigo. É aqui que a relação de interação entre grupos terroristas e a indústria da droga desempenha um papel importantíssimo para que o mundo assista atônito a retirada desastrosa das tropas norte-americanas do Afeganistão. A presença do *nexus* crime-terror no país obrigava a coalizão liderada pelos Estados Unidos a agir. No entanto, a estratégia por trás dessas ações impossibilitou qualquer chance de sucesso.

A ascensão do Neo-Talibã ao poder no Afeganistão é marcada por um posicionamento diferente no cenário internacional se comparado ao posicionamento extremamente isolado experienciado por seus predecessores do Talibã. Foi justamente esse posicionamento desesperador que levou o Talibã à sua única medida de combate ao ópio no território afegão. Não é difícil especular que, com sua posição mais forte, o narcotráfico seguirá se desenvolvendo no Afeganistão. Como já visto anteriormente, a situação que o *nexus* encontra no país gera uma ameaça gigantesca para a segurança internacional. A guerra no Afeganistão ofereceu a oportunidade de impedir que essa ameaça voltasse à tona. As consequências desse fracasso podem ser inimagináveis.

Bibliografia

Andréani, G. (2004). The “war on terror”: Good cause, wrong concept. *Survival*, 46(4), 31-50. <https://doi.org/10.1080/00396330412331342446>

Armiger II, A. (2015). United Against Drugs? Divergent Counternarcotic Strategies of US Government Agencies in Afghanistan. *International Journal of Arts & Sciences*. Obtido de <https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=989065009005113085029088122124112122028021001019074056118072095086029103121000109123020121038120049012114065127095021020097028025042021040033076107119091070078083089059002063006028026088101111106077064105083124106125127070025103093005119113003095026026&EXT=pdf&INDEX=TRUE>

Baillet, D. (2002). Islam, islamisme et terrorisme. *Sud/Nord*, 16(1), 53. <https://doi.org/10.3917/sn.016.0053>

Bjornehed, E. (2004). Narco-Terrorism: The Merger of the War on Drugs and the War on Terror. *Global Crime*, 6(3), 305-324. <https://doi.org/10.1080/17440570500273440>

Boivin, R. (2010). Le monde à l'envers ? Vers une approche structurelle du trafic transnational de drogues illicites. *Déviance et Société*, 34(1), 93-114. <https://doi.org/10.3917/ds.341.0093>

Boucher, R. (2000, novembro 29). Colombian Rebel Connections to Mexican Drug Cartel. Obtido em maio 2, 2021 de <https://irp.fas.org/news/2000/11/irp-001129-col.htm>

Bovenkerk, F., & Chakra, B. A. (2004). Terrorism and organized crime. In A. P. Schmid (Ed.), *Forum on Crime and Society*, 4(1-2), Nova Iorque: United Nations Publication. Obtido de https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Forum/V05-81059_EBOOK.pdf

Call, C. T. (2008). The Fallacy of the “Failed State”. *Third World Quarterly*, 29(8), 1491-1507. <https://doi.org/10.1080/01436590802544207>

Chouvy, P. A. (2010). Insécurité alimentaire et production illicite d'opium en Asie. *Annales de géographie*, 119(673), 229-247. <https://doi.org/10.3917/ag.673.0229>

Clawson, P. L., & Lee, R. W. (1996). *The Andean Cocaine Industry*. Palgrave Macmillan.

Constable, P. (2017, novembro 21). Afghan Leaders in Helmand Criticize U.S. Airstrikes on Taliban Drug Labs. Obtido em fevereiro 12, 2021 de https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/afghan-leaders-in-helmand-criticize-us-airstrikes-on-taliban-drug-labs/2017/11/21/7130d556-cec5-11e7-a87b-47f14b73162a_story.html

Cornell, S. E. (2007). Narcotics, Radicalism, and Armed Conflict in Central Asia: The Islamic Movement of Uzbekistan. *Terrorism and Political Violence*, 17(4), 619-639. <https://doi.org/10.1080/095465591009395>

Crelinsten, R. (2002). Analysing Terrorism and Counter-terrorism: A Communication Model. *Terrorism and Political Violence*, 14(2), 77-122. <https://doi.org/10.1080/714005618>

Cressey, D., & Scarpitti F. R. (2008). *Theft of The Nation: The Structure and Operations of Organized Crime in America*. *Social Forces*, 48(4), 558. Transaction Publishers. <https://doi.org/10.2307/2575611>

Dishman, C. (2001). *Terrorism, Crime and Transformation*. *Studies in Conflict and Terrorism*, 24(1), 43-58. <https://doi.org/10.1080/10576100118878>

Eikenberry, K. W. (2010, Janeiro 25). US Envoy's Cables Show Deep Concerns on Afghan Strategy. Obtido em junho 10, 2021, de <https://www.nytimes.com/interactive/projects/documents/eikenberry-s-memos-on-the-strategy-in-afghanistan>

Fairweather, J. (2014). *The Good War: Why We Couldn't Win the War or the Peace in Afghanistan*. Jonathan Cape London.

Felbab-Brown, V. (2020, outubro 29). *Drugs, Security, and Counternarcotics Policies in Afghanistan*. Obtido em setembro 2, 2021, de <https://www.brookings.edu/testimonies/drugs-security-and-counternarcotics-policies-in-afghanistan/>

Gayraud, J. F. (2017). *Théorie des hybrides, terrorisme et crime organisé*. Paris: CNRS Éditions.

Harmon, C. C. (2000). *Terrorism Today*. London: Frank Cass Publishers.

Hübschle, A. (2011). *From Theory to Practice: Exploring the Organised Crime-Terror Nexus in Sub-Saharan Africa*. In J. J. F. Forest & J. Giroux (Eds.), *Perspectives on Terrorism, Special Double Issue on Terrorism and Political Violence in Africa* (pp. 81-96). Terrorism Research Initiative. Obtido de <https://www.files.ethz.ch/isn/163016/FULL.pdf>

Huntington, S. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon and Schuster.

International Labor Organization, ILOSTAT database, data retrieved on June 15, 2021.

Johnson, T. H., & Mason, M. C. (2007). *Understanding the Taliban and Insurgency in Afghanistan*. *Orbis*, 51(1), 71-89. <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2006.10.006>

Keen, D. (2000). *Incentives and Disincentives for Violence*. In M. Berdal & D. M. Malone (Eds.), *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars* (pp. 19-42). Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Lamchichi, A. (2001). *L'islamisme Politique*. L'Harmattan.

Laqueur, W. (1999). *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. New York: Oxford University Press.

Lesser, I. O., Hoffman, B., Arquilla, J., Ronfeldt, D., Zanini, M., & Jenkins, B. M. (1999). *Countering the New Terrorism*. Santa Monica: Rand Publications. Obtido de https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2009/MR989.pdf

Makarenko, T. (2001). Drugs in Central Asia: Security Implications and Political Manipulations. *CEMOTI*, 32(1), 87-116. <https://doi.org/10.3406/cemot.2001.1600>

Makarenko, T. (2005). *The Crime-Terror Continuum: Modelling 21st Century Security Dynamics*. Aberystwyth: University of Wales.

Mansfield, D. (2016). *A State Built on Sand: How Opium Undermined Afghanistan*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Mansfield, D. (2018). *Bombing Heroin Labs in Afghanistan: The Latest Act in the Theater of Counternarcotics*. LSE International Drug Policy Unit. Obtido de <https://www.lse.ac.uk/united-states/Assets/Documents/Heroin-Labs-in-Afghanistan-Mansfield.pdf>

Marelli, F. (2001). *The State Policy, the Sicilian Mafia and Political Violence*. Paper presented at the Organized Crime and Challenge to Democracy Workshop.

Mili, H., & Townsend, J. (2006). *Precursor Control on Central Asia's Borders with China*. UNODC.

Naylor, R. T. (2003). *Towards a General Theory of Profit-Driven Crimes*. In *The British Journal of Criminology* (pp. 81–101). <https://doi.org/10.1093/bjc/43.1.81>

Peters, G. (2009). *How Opium Profits the Taliban*. United States Institute of Peace, 1-37.

Obtido de https://www.usip.org/sites/default/files/resources/taliban_opium_1.pdf

Organização Mundial do Trabalho. (2020). *ILOSTAT database*. Obtido em agosto 17, 2021, de <https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.IN?locations=AF>

Peters, G. (2009). *Seeds of Terror: How Heroin Is Bankrolling The Taliban And Al Qaeda*. Nova Iorque: St Martin's Press.

Piazza, J. A. (2012). The Opium Trade and Patterns of Terrorism in the Provinces of Afghanistan: An Empirical Analysis. in *Terrorism and Political Violence* (pp. 213-234). Penn State University. <https://doi.org/10.1080/09546553.2011.648680>

Rashid, A. (2001). *Taliban: Militant Islam, Oil, and Fundamentalism in Central Asia*. New Haven: Yale University Press.

Ross, M. L. (2003). Oil, Drugs, and Diamonds: The Varying Roles of Natural Resources in Civil War. In K. Ballentine & J. Sherman (Eds.), *The Political Economy of Armed Conflict: Beyond Greed and Grievance*. Londres: Lyenne Rienner.

Roy, O. (1997). The Taliban, The Shari'a and the Pipeline. *Middle East Report*, (202), 37-40. <https://doi.org/10.2307/3013041>

Sassen, S. (2003). The Participation of States and Citizens in Global Governance. *Indiana Journal of Global Legal Studies*. <https://doi.org/10.2979/gls.2003.10.1.5>

Scarpinato, R. (1992). Mafia e politica. In *Mafia : Anatomia di un regime*. Librerie associate.

Schadlow, N. (2017). *War and the Art of Governance: Consolidating Combat Success into Political Victory*. Washington DC: Georgetown University Press.

Schmid, A. (2018). *Revisiting the Relationship between International Terrorism and*

Transnational Organised Crime 22 Years Later. The International Centre for Counter-terrorism. The Hague. <https://doi.org/10.19165/2018.1.06>

Shelley, L., & Picarelli, J. (2002). Methods Not Motives: Implications of the Convergence of International Organized Crime and Terrorism. *Police Practice and Research: An International Journal*. <https://doi.org/10.1080/1561426022000032079>

Shelley, L., & Picarelli, J. (2005). Methods and Motives: Exploring Links Between Transnational Organized Crime and International Terrorism. In *Trends in Organized Crime* (pp. 52-67). <https://doi.org/10.1007/s12117-005-1024-x>

Sinno, A. (2009). Explaining the Taliban's Ability to Mobilize the Pashtuns. In R. Crews & A. Tarzi (Eds.), *The Taliban and the Crisis of Afghanistan* (pp. 59-89). Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctvk12qf0.7>

Skapedas, S., & Syropoulos, C. (1995). Gangs as Primitive States. In F. Gianluca & P. Sam (Eds.), *The Economics of Organized Crime* (pp. 61-81). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1080/01636608509477341>

Smith, A. (2011). *Belling the Cat: The Neo-Taliban Insurgency in Afghanistan*. Master's Theses and Capstones. Obtido de <https://scholars.unh.edu/thesis/20>

Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction (SIGAR). (2018). *Counternarcotics: Lessons from the U.S. Experience in Afghanistan*.

Steinitz, M. (1985). Insurgents, Terrorists and the Drug Trade. *The Washington Quarterly*. <https://doi.org/10.1080/01636608509477341>

Sullivan, J. (2012). Criminal Insurgency: Narcocultura, Social banditry, and Information Operations. *Small Wars Journal*.

UNODC. (2018). Afghanistan Opium Survey 2018: Cultivation and Production. UNODC Research.

UNODC. (2020). Afghanistan Opium Survey 2020: Cultivation and Production - Executive Summary. UNODC Research.

UNODC. (2001). Global Illicit Drug Trends. UNODC Studies on Drugs and Crime.

U.S. Strategy to Combat Transnational Organized Crime, Addressing Converging Threats to National Security. (2011). Obtido de <https://obamawhitehouse.archives.gov/administration/eop/nsc/transnational-crime>

Weber, M. (1967). L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme. *Recherches En Sciences*, 5(3), 341. Clawson, P. L., & Lee, R. W. (1996). *The Andean Cocaine Industry*. Palgrave Macmillan.

Wilkinson, P. (2011). *Terrorism Versus Democracy: The Liberal State Response*. (3.^a ed.). Londres: Frank Cass Publishing. <https://doi.org/10.4324/9780203832318>

Williams, P. (1997). Transnational Criminal Organizations and International Security. In J. Arquilla & D. Ronfeldt (Eds.), *Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age*. Santa Monica: RAND Corporation. <https://doi.org/10.7249/MR880>

Figuras

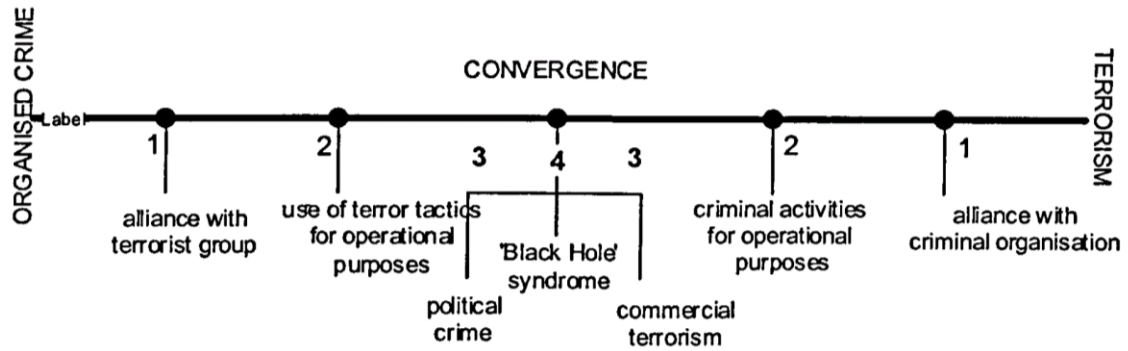


Figura 1 – Continuum Crime – Terror de Makarenko

Ilustração do Modelo de análise do *nexus* crime-terror desenvolvido por Tamara Makarenko

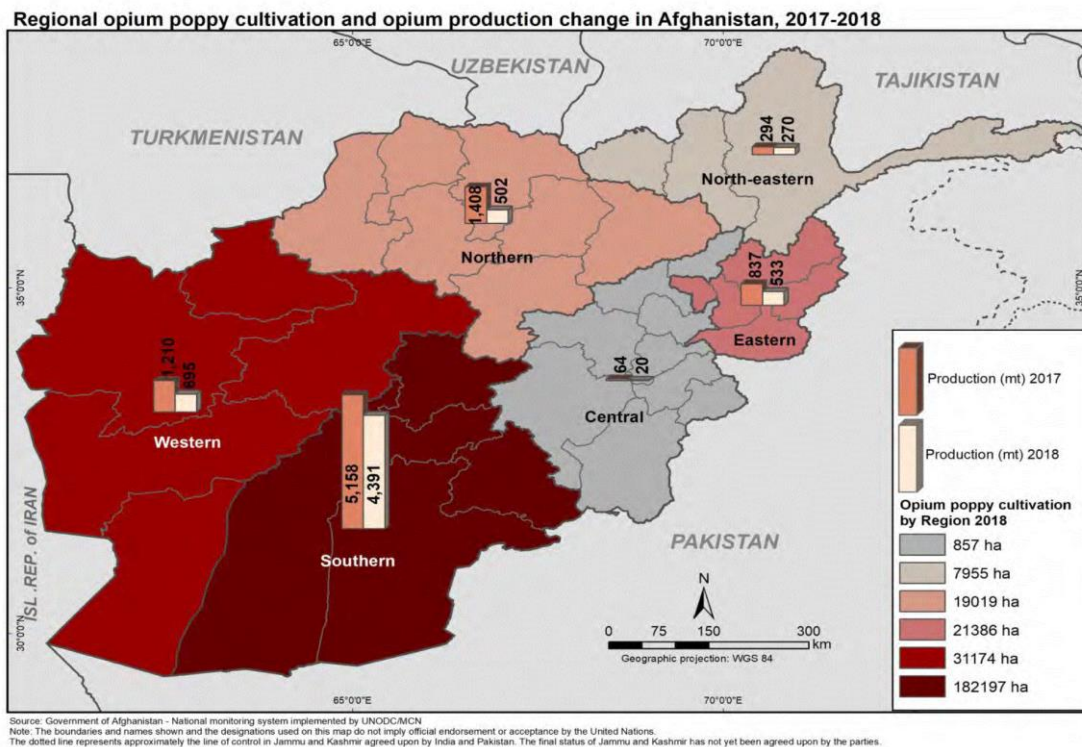


Figura 2 – Produção de ópio no território Afegão em 2017-2018

Mapa ilustrativo da produção de ópio no Afeganistão, dividido por regiões e províncias, ao longo do ano de 2017-2018

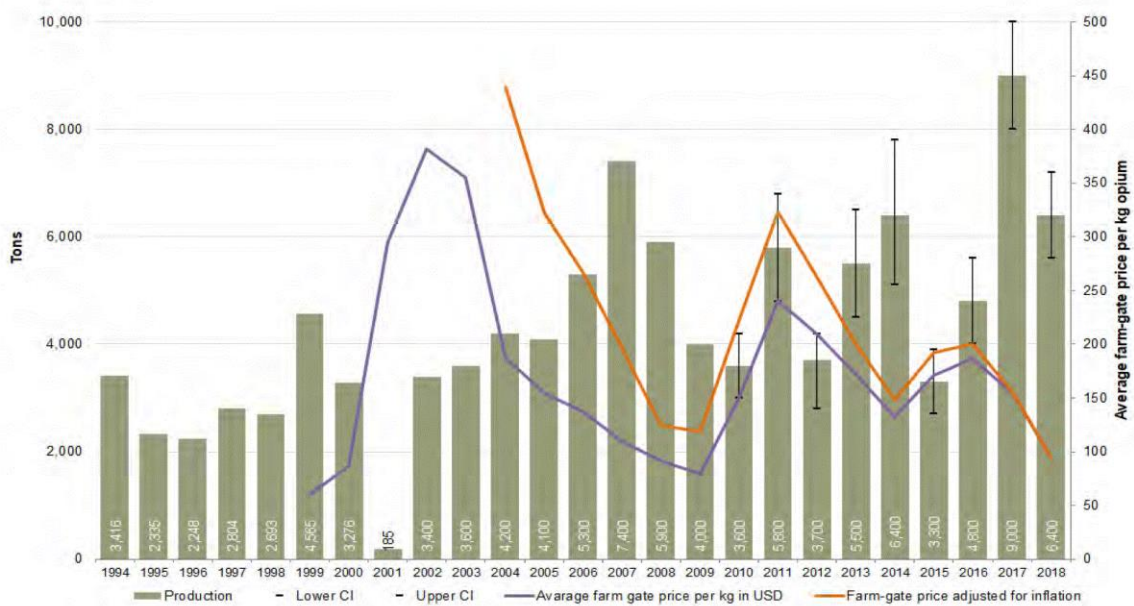


Figura 3 – Variações do preço do ópio na sua fonte

Gráfico que ilustra as variações do preço do ópio na sua fonte, de acordo com os níveis de produção da cultura.